

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES****SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA****SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTO CONGÊNERES****TERMO DE REFERÊNCIA****(Aquisições de Bens/Materiais, exceto TIC) - (Lei nº. 14.133/2021)**

**Termo de Referência - TR:** documento necessário para a contratação de bens e serviços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

**1 - IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO / UNIDADE DEMANDANTE**

Contratante: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Nome Empresarial: **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**

CNPJ (MF): 27.476.100/0001-45

UASG: 925968

Inscrição Estadual: Isento

Inscrição Municipal: Isento

Rua Desembargador Homero Mafra, 60

Enseada do Suá

CEP 29050-906 - Vitória - ES

**Unidade Demandante: NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflito**

**2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO****2.1. Objeto**

**2.1.1. A contratação tem por objeto a aquisição de veículo automotor terrestre de grande porte, projetado e adaptado para atender ao projeto Justiça Comunitária (ônibus da conciliação).**

2.1.1.1. O objeto descrito acima consiste na aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro, com chassi e carroceria novos, fabricado no ano/modelo vigente na data de publicação do edital ou superior, primeiro emplacamento, licenciado em nome do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, devidamente adaptado, transformado e equipado para atendimento móvel itinerante do NUPEMEC, incluindo entrega técnica com treinamento operacional, e o fornecimento integral de todos os sistemas, equipamentos, mobiliários, instalações e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade, conforme condições, especificações e exigências detalhadas neste Termo de Referência e no respectivo Estudo Técnico Preliminar.

2.1.2. A contratação tem por finalidade viabilizar a realização de sessões itinerantes de mediação, conciliação e ações de cidadania, ampliando o acesso à justiça e aos métodos autocompositivos, especialmente em localidades com

menor cobertura de serviços judiciais.

## 2.2. Código CATMAT

2.2.1. O objeto enquadra-se no Catálogo de Materiais – CATMAT, sob código nº 10218, compatível com veículo automotor tipo ônibus. Havendo divergências entre as especificações do código CATMAT e as do Edital, prevalecerão as do Edital.

## 2.3. Natureza do Objeto

2.3.1. O objeto da contratação é classificado como bem comum, uma vez que se trata de veículo automotor cuja fabricação e adaptação são realizadas com base em padrões técnicos usuais de mercado, passíveis de descrição objetiva e julgamento pelo critério de menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo plenamente compatível com a modalidade pregão eletrônico.

2.3.2. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme critérios estabelecidos no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, por tratar-se de bem essencial ao cumprimento das finalidades institucionais do PJES, destinado à prestação direta de serviços à sociedade.

## 2.4. Continuidade do Fornecimento

2.4.1. O fornecimento do bem caracteriza-se como não contínuo, por se tratar de contrato por escopo, cuja execução se encerra com a entrega definitiva do ônibus devidamente transformado, regularizado e apto à utilização, não havendo fornecimento periódico ou habitual.

## 2.5. Quantitativo

2.5.1. A contratação compreende o quantitativo de 01 (uma) unidade, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, considerando:

- a) A finalidade específica do objeto;
- b) A inexistência de veículo similar disponível no patrimônio do PJES para atendimento das atividades do projeto Justiça Comunitária, do NUPMEC, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar;
- c) A natureza itinerante e estratégica do serviço prestado;
- d) O histórico institucional de projetos similares, como o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha (Ônibus Rosa).

2.5.2. A justificativa detalhada da relação entre a demanda institucional e o quantitativo definido encontra-se devidamente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, ao qual este Termo de Referência faz remissão expressa.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Aquisição de veículo automotor terrestre de grande porte, projetado e adaptado para atender ao projeto Justiça Comunitária (ônibus da conciliação), conforme detalhamento contido no item 2.1.1.1.	10218	Unidade	01

## 2.6. Parcelamento

2.6.1. A contratação não será parcelada, sendo realizada em item único, tendo em vista que:

- a) o objeto constitui uma solução integrada, cuja divisão comprometeria a funcionalidade, a compatibilidade técnica e a responsabilidade do fornecedor;
- b) a execução por um único contratado assegura melhor coordenação, padronização e garantia do conjunto;
- c) não há prejuízo à competitividade, considerando a existência de fornecedores no mercado aptos a fornecer o objeto em sua integralidade.

2.6.2. A justificativa detalhada quanto à inviabilidade técnica e econômica do parcelamento consta do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

## **2.7. Modelo de Contratação**

2.7.1. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, sem adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza específica e pontual do objeto.

## **2.8. Prazo de Vigência**

2.8.1. O prazo de vigência da contratação será de até 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contados da publicação do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, abrangendo o período necessário à conclusão do objeto, incluindo seu recebimento definitivo e a adoção de todas as providências administrativas correlatas, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.8.2. O prazo de execução do objeto será de até 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de emissão da ordem de fornecimento, período no qual a contratada deverá concluir integralmente a entrega do veículo devidamente adaptado, transformado e equipado, nos termos deste Termo de Referência.

2.8.3. Por se tratar de contrato por escopo, o prazo de vigência será prorrogado automaticamente caso o objeto não seja concluído no período firmado, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.8.3.1. A prorrogação automática de que trata este item independe de termo aditivo, podendo a Administração formalizar o novo período de vigência mediante simples apostilamento, mantidas as condições originalmente pactuadas.

2.8.3.2. A prorrogação automática não afasta a responsabilidade da Contratada por eventuais atrasos injustificados e demais descumprimentos contratuais, permanecendo plena a competência da Administração para a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, bem como para a eventual extinção do contrato por culpa do contratado.

## **2.9. Informações adicionais**

2.9.1. As análises relativas à identificação da necessidade, estudo das alternativas de solução, avaliação de custos e benefícios, análise de mercado, justificativa do quantitativo, do não parcelamento e da viabilidade técnica, econômica e ambiental encontram-se devidamente registradas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que fundamenta a presente contratação.

2.9.2. As especificações técnicas detalhadas do objeto, requisitos mínimos de desempenho, condições de fornecimento, prazos, garantias, critérios de aceitação e demais exigências necessárias à adequada execução do objeto estão estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

## **3 - OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação tem por objetivo dotar o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – PJES de um ônibus rodoviário adaptado itinerante, plenamente equipado, transformado e apto à operação, destinado ao atendimento das atividades do projeto Justiça Comunitária, desenvolvidas pelo NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, com vistas à ampliação, descentralização e qualificação da prestação dos serviços de mediação, conciliação e ações de cidadania em todo o território estadual.

3.2. Busca-se, com a aquisição do veículo, fortalecer a política institucional de incentivo aos métodos consensuais de solução de conflitos, promovendo o acesso à justiça, a pacificação social e o tratamento adequado dos conflitos, em consonância com a Resolução CNJ nº 125/2010, com o Código de Processo Civil e com a Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação). A solução pretendida permitirá ao NUPEMEC e aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs por ele coordenados atuar de forma mais estratégica, especialmente em localidades com menor cobertura de unidades judiciais permanentes.

3.3. No plano tático, a contratação visa ampliar o alcance territorial das ações institucionais do NUPEMEC, apoiar a execução de projetos itinerantes de conciliação, mediação e cidadania, bem como proporcionar infraestrutura móvel adequada, padronizada e segura para a realização de atendimentos judiciais e pré-processuais. A unidade móvel permitirá maior integração entre equipes, melhor organização das atividades e otimização dos recursos logísticos empregados nas ações externas do Poder Judiciário.

3.4. Sob a perspectiva operacional, a aquisição do ônibus adaptado possibilitará o deslocamento estruturado de magistrados, servidores, mediadores e conciliadores, assegurando condições adequadas de acessibilidade, conforto, segurança e funcionalidade para o atendimento ao público. Ademais, contribuirá para a redução de custos indiretos relacionados à locação eventual de espaços, à montagem de estruturas provisórias e à multiplicidade de deslocamentos, conferindo maior eficiência, previsibilidade e continuidade às ações itinerantes promovidas pelo NUPEMEC.

3.5. Os objetivos ora definidos encontram-se devidamente fundamentados nos estudos técnicos realizados previamente, que consolidam a necessidade institucional, a viabilidade da solução escolhida e a aderência da contratação ao planejamento estratégico do PJES.

#### **4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade institucional de aprimorar os instrumentos de acesso da população aos serviços jurisdicionais prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, bem como de fortalecer as políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à justiça, à modernização da gestão judicial e à melhoria da eficiência na prestação de serviços públicos à sociedade.

4.2. Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133 de 2021, a fundamentação da contratação encontra-se devidamente respaldada nos Estudos Técnicos Preliminares elaborados no âmbito do presente processo administrativo, os quais analisaram a necessidade administrativa, as alternativas possíveis de solução e os benefícios institucionais decorrentes da implementação da solução selecionada.

4.3. Conforme demonstrado no ETP, a necessidade da aquisição decorre da demanda institucional por ampliação e descentralização das atividades desenvolvidas pelo NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, especialmente ao Projeto Justiça Comunitária, que se refere à realização de ações itinerantes de mediação, conciliação e cidadania. O diagnóstico realizado evidenciou que a estrutura atualmente disponível não é suficiente para garantir cobertura territorial adequada e atendimento eficiente em localidades que não dispõem de unidades fixas do Poder Judiciário ou de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs.

4.4. Atualmente, o Tribunal de Justiça não dispõe de unidade móvel estruturada e equipada com características técnicas e operacionais adequadas para o atendimento itinerante das atividades desenvolvidas pelo Núcleo, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação, orientação jurídica e ações de cidadania.

4.5. A inexistência de solução com essas características limita significativamente a capacidade institucional de ampliar o acesso da população aos serviços prestados pelo Poder Judiciário, sobretudo em localidades mais afastadas, com menor infraestrutura ou com dificuldade de acesso às unidades físicas tradicionais, como fóruns e postos de atendimento.

4.6. A ausência de uma unidade móvel com essas características compromete a realização de ações itinerantes de forma contínua, padronizada e eficiente, dificultando a execução de políticas institucionais voltadas à ampliação do acesso à justiça, à resolução consensual de conflitos e à interiorização dos serviços do Judiciário.

4.7. A aquisição do ônibus adaptado itinerante apresenta-se, assim, como solução técnica e operacionalmente adequada para viabilizar a execução dessas políticas, assegurando infraestrutura móvel própria, padronizada e funcional para atendimento ao público. A solução foi analisada sob a perspectiva de custo-benefício no ETP, considerando alternativas possíveis, tendo sido concluído que a aquisição de veículo próprio adaptado, equipado e transformado, se mostra mais vantajosa do que soluções baseadas exclusivamente em locações eventuais ou estruturas provisórias, em razão da economicidade ao longo do ciclo de vida do bem, da previsibilidade operacional e da melhoria na qualidade dos serviços prestados.

4.8. A contratação insere-se, ainda, no contexto do Projeto de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – PROMOJUES, iniciativa estratégica destinada ao fortalecimento institucional do Judiciário capixaba e financiada por meio do Contrato de Empréstimo nº 5883/OC-BR celebrado entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo como órgão executor o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

4.9. O PROMOJUES constitui um programa estruturante voltado à transformação institucional do Poder Judiciário estadual, tendo como eixo central a modernização tecnológica, o aprimoramento da governança pública e a ampliação da qualidade e da eficiência dos serviços jurisdicionais prestados à população. O programa está alinhado às diretrizes internacionais de fortalecimento institucional apoiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que priorizam iniciativas voltadas ao aumento da eficiência da administração pública, à ampliação do acesso a serviços públicos essenciais e ao fortalecimento da transparência e da prestação de contas no setor público.

4.10. Nesse contexto, o programa estabelece como objetivos estratégicos:

- (i) melhorar o acesso à justiça e a prestação de contas na entrega dos serviços judiciais à sociedade; e
- (ii) aprimorar a eficiência operacional e a capacidade de gestão do Poder Judiciário.

4.11. Para alcançar tais objetivos, o programa foi estruturado em diversos componentes e produtos que visam promover mudanças estruturais no funcionamento institucional do Judiciário capixaba, abrangendo iniciativas voltadas tanto à melhoria do atendimento ao cidadão quanto à modernização da gestão administrativa e tecnológica.

4.12. No âmbito das políticas públicas de acesso à justiça, destacam-se ações destinadas à ampliação do alcance dos serviços judiciais junto à população, à implementação de programas voltados à democratização do acesso ao sistema de justiça, ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e de inteligência artificial voltadas à melhoria da prestação jurisdicional, bem como à promoção de políticas institucionais voltadas à transparência, à prestação de contas e à melhoria da experiência do usuário dos serviços judiciais.

4.13. O programa também contempla iniciativas voltadas à promoção da equidade e da inclusão social no acesso ao sistema de justiça, incluindo ações específicas destinadas à incorporação de perspectiva de gênero nas políticas institucionais, à promoção de justiça ambiental e ao fortalecimento de mecanismos de resolução consensual de conflitos, especialmente por meio da mediação e de outros instrumentos de solução adequada de disputas.

4.14. No campo da modernização administrativa e tecnológica, o PROMOJUES prevê a implementação de sistemas administrativos integrados, a definição de arquitetura corporativa de tecnologia da informação, a implantação de ambiente de computação em nuvem, o fortalecimento das políticas institucionais de segurança e privacidade da informação, bem como a modernização da infraestrutura tecnológica do Tribunal. Também integram o programa iniciativas voltadas à implementação de mecanismos de monitoramento e análise de dados judiciais e administrativos, ao desenvolvimento de soluções tecnológicas baseadas em inteligência artificial e à digitalização de acervos processuais físicos.

4.15. Adicionalmente, o programa incorpora diretrizes voltadas à sustentabilidade institucional e à inovação no setor público, incluindo ações destinadas à adoção de tecnologias verdes e à melhoria da eficiência energética e operacional das estruturas institucionais.

4.16. A presente contratação insere-se nesse conjunto de iniciativas estratégicas, contribuindo diretamente para a ampliação da capacidade institucional do Poder Judiciário de prestar serviços jurisdicionais de forma mais acessível, eficiente e alinhada às necessidades da sociedade.

4.17. A solução a ser contratada permitirá ampliar a capilaridade das políticas de acesso à justiça, levando serviços judiciais a localidades ou segmentos populacionais com maior dificuldade de acesso às estruturas físicas tradicionais do Poder Judiciário. Dessa forma, a iniciativa contribui para a redução de barreiras geográficas, sociais e institucionais no acesso aos serviços jurisdicionais, promovendo maior inclusão e efetividade das políticas públicas de justiça.

4.18. Sob a perspectiva de resultados institucionais, a contratação também contribui para a melhoria da entrega de serviços públicos pelo Judiciário capixaba, fortalecendo a capacidade de atendimento à população, aprimorando os mecanismos de aproximação entre o sistema de justiça e os cidadãos e ampliando o impacto social das políticas institucionais desenvolvidas no âmbito do Tribunal.

4.19. Além disso, a iniciativa encontra-se alinhada às diretrizes estratégicas do programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que prioriza projetos voltados ao fortalecimento institucional, à melhoria da eficiência administrativa, à ampliação do acesso da população a serviços públicos essenciais e ao desenvolvimento de soluções inovadoras para a modernização da administração pública.

4.20. Dessa forma, a contratação mostra-se plenamente justificada sob os aspectos institucional, estratégico e socioeconômico, configurando medida necessária para viabilizar a implementação das ações previstas no âmbito do PROMOJUES e para assegurar o alcance dos resultados esperados pelo programa de modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

4.21. A necessidade administrativa, as alternativas analisadas e a solução selecionada encontram-se detalhadamente demonstradas no ETP que integra o presente processo administrativo, o qual evidencia a adequação da solução proposta às demandas institucionais e aos objetivos estratégicos do programa de modernização.

## **5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

5.1. A solução consiste na **aquisição de veículo automotor terrestre de grande porte, projetado e adaptado para atender ao projeto Justiça Comunitária (ônibus da conciliação)**, por meio da compra de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro, com chassi e carroceria novos, no ano/modelo vigente na data de publicação do edital ou superior, primeiro emplacamento, licenciado em nome do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, devidamente adaptado, transformado e equipado para atendimento móvel itinerante do NUPMEC, incluindo entrega técnica com treinamento operacional, e o fornecimento integral de todos os sistemas, equipamentos, mobiliários, instalações e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade, conforme condições, especificações e exigências detalhadas neste Termo de Referência.

5.2. A solução contempla o fornecimento integral do veículo, sua transformação estrutural, adequações técnicas, instalação de sistemas elétricos, hidrossanitários, de climatização, informática e acessibilidade, aplicação de identidade visual institucional, entrega regularizada junto aos órgãos competentes, entrega técnica com treinamento operacional, garantia contratual, assistência técnica e suporte pós-entrega, considerando todo o ciclo de vida estimado do bem.

5.3. O veículo a ser fornecido deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos, funcionais e de qualidade, sem prejuízo de outros previstos neste Termo de Referência e em seus anexos:

a) Fornecedor de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro, com chassi e carroceria novos, fabricado no ano/modelo vigente na data de publicação do edital ou superior, com primeiro emplacamento em nome do contratante, fornecido por fabricantes regularmente homologados pelos órgãos competentes, conforme detalhamento do veículo base no item 5.5 deste documento.

b) Elaboração de Projeto Executivo completo, visando à sua adequação às atividades de mediação, conciliação, atendimento ao público e ações de cidadania, devendo estar estruturado e organizado em conformidade com o item 5.6 e com os anexos técnicos deste Termo de Referência;

c) Transformação e adaptação completa da carroceria, em conformidade com o Projeto Executivo aprovado, o que inclui a adequação do layout interno e externo para funcionamento como unidade móvel itinerante de atendimento, contemplando ambientes funcionais compatíveis com atendimentos reservados, bem como soluções de acessibilidade, segurança operacional, conforto térmico e acústico, ergonomia e privacidade;

- d) Implantação de identidade visual externa completa, de acordo com o Projeto Executivo aprovado, incluindo projeto de comunicação visual, pintura e adesivagem do veículo, em conformidade com as diretrizes previstas neste termo e seus anexos;
- e) Fornecimento e instalação de todos os equipamentos, mobiliários, sistemas e componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade móvel, incluindo, no mínimo, sistemas elétricos, hidrossanitários, de iluminação, climatização, acessibilidade, infraestrutura tecnológica embarcada e demais recursos operacionais, conforme Projeto Executivo aprovado;
- f) Utilização de materiais, componentes, acessórios e equipamentos novos, de primeira linha, em conformidade com as normas técnicas e padrões de qualidade aplicáveis;
- g) Observância às normas técnicas e regulamentações legais vigentes, incluindo requisitos ambientais, de segurança veicular, acessibilidade e desempenho, especialmente às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e aos limites estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE);
- h) Garantia de que a transformação e adaptação do veículo sejam realizadas por empresa devidamente registrada perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- i) Garantia e assistência técnica do veículo, dos sistemas, equipamentos e da transformação realizada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- j) Entrega do veículo devidamente regularizado, licenciado e apto à circulação;
- k) Entrega do objeto em condições plenas de uso, devidamente testado, vistoriado e aprovado pela equipe designada;
- l) Realização de entrega técnica, incluindo treinamento operacional dos colaboradores e servidores designados pela contratante, conforme condições estabelecidas neste documento.

5.4. A especificação observa critérios de precisão técnica, clareza e objetividade, vedada qualquer menção a marcas ou modelos específicos, garantindo ampla competitividade.

#### **5.5. Veículo Base - Especificações automotivas mínimas**

##### **5.5.1. Motorização**

- a) Motor traseiro de 6 cilindros em linha.
- b) Potência: 400 cv
- c) Combustível: Diesel ou Biodiesel
- d) Sistema de alimentação eletrônica.
- e) Sistema de pós-tratamento dos gases do motor.

##### **5.5.2. Dimensões e Cor**

- a) Comprimento: 14.000mm.
- b) Largura: 2.600mm.
- c) Altura Interna: 1.930mm.
- d) Altura total: 3.800mm.
- e) Cor: a face externa da carroceria deverá receber identidade visual personalizada, conforme cores, arte e especificações contidas no Anexo VIII do Termo de Referência.

**5.5.3. Caixa de mudanças e Direção**

- a) Caixa de mudanças automatizada de no mínimo 8 velocidades à frente e uma a ré
- b) Direção hidráulica

**5.5.4. Suspensão, Eixos, Rodas, Pneus e Freios**

- a) Sistema de suspensão dianteira e traseira pneumática.
- b) Eixos: Dianteiro, traseiro motriz e traseiro auxiliar.
- c) Aro Rodas: 8.25 x 22,5.
- d) Pneus radiais.
- e) Freio a Disco nas rodas dianteiras e traseiras
- f) Sistema ABS (Sistema Antitravamento).

**5.5.5. Equipamentos e Acessórios automotivos**

5.5.5.1. O veículo deverá ser equipado com sistema de nivelamento e estabilização por macacos hidráulicos, de primeira linha, consagrado no mercado, destinado a garantir o perfeito nivelamento e a estabilidade do ônibus quando estacionado em terrenos com desníveis. O sistema deverá possuir as seguintes características mínimas:

- a) Tipo de Sistema: Hidráulico, composto por, no mínimo, quatro macacos hidráulicos independentes, do tipo pistões telescópicos, devidamente instalados no chassi do veículo;
- b) Funcionamento: Acionamento por bomba hidráulica integrada, com controle realizado por computador de bordo, permitindo a operação coordenada dos macacos de forma precisa e segura;
- c) Autonivelamento: O sistema deverá possuir função de nivelamento automático, acionada por comando único, sendo capaz de nivelar o veículo em curto espaço de tempo, inclusive em terrenos com acentuado desnível, por meio de sensores eletrônicos de inclinação/nível;
- d) Estabilidade: Deverá garantir estabilidade total do veículo quando estacionado, eliminando movimentos de balanço, torção ou oscilação, sendo adequado para veículos de grande porte e/ou adaptados;
- e) Manuseio e Controle: Deverá dispor de painel de controle de fácil acesso e operação, podendo ser do tipo digital ou analógico, com funções de modo automático e manual, permitindo ajustes individuais dos pontos de apoio, quando necessário;
- f) Acessibilidade e Manutenção: O sistema deverá ser de fácil acesso para operação e manutenção, com componentes de ampla disponibilidade no mercado nacional, assegurando suporte técnico e reposição de peças.

5.5.5.2. Banco do motorista original de fábrica, de última geração ofertado no mercado, atendendo a todas as normas e padrões técnicos, preferencialmente com ajustes eletrônicos.

5.5.5.3. Divisória e porta padrão rodoviário para o habitáculo (cabine) do motorista

5.5.5.4. Todas as superfícies envidraçadas do veículo, incluindo para-brisa e janelas laterais, deverão possuir aplicação de película solar do tipo nano cerâmica, em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 960/2022, com alterações da Resolução nº 989/2022, ou outra que venha a substituí-la.



5.5.5.4.1. A película deverá atender aos seguintes índices de transmissão luminosa (VLT):

- a) Para-brisa e vidros laterais da cabine do motorista: mínimo de 70% (setenta por cento);
- b) Demais vidros laterais: máximo de 5% (cinco por cento) de transmissão luminosa.

5.5.5.4.2. Será admitida tolerância máxima de  $\pm 3\%$  (três por cento) nos índices de VLT, desde que não comprometa os limites legais estabelecidos pelo CONTRAN.

5.5.5.4.3. A película deverá apresentar desempenho mínimo comprovado de:

- a) Bloqueio de até 99% dos raios ultravioleta (UV);
- b) Rejeição de até 96% do calor por radiação infravermelha (IV).

5.5.5.4.4. A comprovação das características técnicas deverá ser realizada por meio de:

- a) Laudo técnico ou certificação emitida pelo fabricante, contendo os índices de VLT, rejeição de calor e bloqueio UV;
- b) Declaração de conformidade com a legislação brasileira de trânsito, emitida pela contratada;
- c) Identificação da película aplicada (marca, modelo e lote), quando da entrega do veículo.

5.5.5.4.5. A película deverá possuir garantia mínima de 10 (dez) anos do fabricante, contra descoloração, formação de bolhas, descascamento e demais defeitos, mediante apresentação de certificado.

5.5.5.4.6. Adicionalmente, deverão ser fornecidas cortinas, conforme disposto no Anexo II, em padrão rodoviário, confeccionadas em tecido 100% poliéster, na tonalidade escura dos bancos ou superior equivalente, fixadas por cordões de nylon nas partes superior e inferior, garantindo estabilidade durante a operação.

5.5.6. Engate para reboque de melhor qualidade disponível no mercado (1a linha).

5.5.7. Faróis auxiliares para neblina.

5.5.8. Sistema de som com rádio AM/FM, Bluetooth, entrada USB (ou tecnologia superior oferecida no mercado), com distribuição de alto falantes em todos os ambientes da unidade móvel, kit multimídia com GPS e câmera de ré de última geração e de 1a linha, fornecido no mercado automobilístico, compatíveis com o veículo.

5.5.9. Letreiro/itinerário eletrônico dianteiro padrão da carroceria, tipo rodoviário.

5.5.9.1. Deverá ser fornecido manual de operação impresso em português do Brasil.

5.5.10. Sistema Eletrônico de Auxílio à Manobra e Visibilidade

5.5.10.1. O veículo deverá ser fornecido com sistema eletrônico de auxílio à manobra e visibilidade, destinado ao incremento das condições de segurança operacional, especialmente durante manobras em marcha à ré, com vistas à mitigação de riscos a pedestres e demais usuários da via.

5.5.10.2. O sistema de que trata este item será composto por dispositivos de visibilidade direta e indireta, integrados entre si, incluindo espelhos retrovisores externos e recursos eletrônicos de apoio à condução.

5.5.10.3. Integram obrigatoriamente o sistema:

I – câmera de ré, com acionamento automático vinculado ao engate da marcha à ré, com transmissão de imagem em tempo real;

- II – monitor de visualização instalado em posição ergonômica, no campo de visão do condutor, sem prejuízo à condução do veículo;
- III – sensores de proximidade traseiros, com emissão de alertas sonoros e/ou visuais proporcionais à aproximação de obstáculos;
- IV – dispositivo sonoro de alerta de marcha à ré, com acionamento automático e funcionamento contínuo enquanto perdurar o engate da marcha, destinado à advertência de pedestres e demais usuários da via;
- V – espelhos retrovisores externos, direito e esquerdo, dotados de acionamento elétrico.

5.5.10.4. A câmera de ré deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- I – ângulo de visão horizontal compreendido entre 150° (cento e cinquenta graus) e 170° (cento e setenta graus);
- II – resolução mínima Full HD (1080p) ou superior;
- III – capacidade de operação em condições de baixa luminosidade, mediante tecnologia infravermelha (IR) ou equivalente;
- IV – grau de proteção contra poeira e água não inferior a IP67;

5.5.10.5. Os espelhos retrovisores deverão possuir ajuste elétrico a partir do posto do condutor, sendo vedada a adoção de sistemas exclusivamente manuais.

5.5.10.6. Os espelhos retrovisores deverão ser providos de sistema de desembaçamento elétrico, apto a assegurar condições adequadas de visibilidade em situações climáticas adversas.

5.5.10.7. Os dispositivos previstos neste item deverão operar de forma integrada, admitida a utilização de câmeras laterais auxiliares posicionadas nas proximidades dos retrovisores, com a finalidade de ampliação do campo visual e redução de pontos cegos, desde que não impliquem na substituição dos espelhos retrovisores exigidos.

5.5.11. A contratada deverá providenciar a regularização da transformação do veículo junto ao órgão de trânsito competente, observando as normas aplicáveis às modificações de veículos automotores, incluindo eventual inspeção veicular e atualização das características do veículo no registro e licenciamento.

5.5.12. Para fins de interpretação técnica e julgamento objetivo deste Termo de Referência ou seus anexos, sempre que for exigida a utilização de materiais, peças ou equipamentos classificados como de "primeira linha", "melhor qualidade" ou expressões similares, a Contratada obriga-se a fornecer produtos estritamente novos e de primeiro uso, sendo expressamente vedada a aplicação de itens reconicionados ou remanufaturados. Tais componentes deverão apresentar qualidade equivalente ou superior ao padrão original de fábrica, possuir as certificações de segurança e conformidade exigidas pelos órgãos competentes, como INMETRO, ABNT e CONTRAN, além de contar com garantia integral e rede de assistência técnica regular.

5.5.12.1. Fica reservado à fiscalização o direito de exigir, a qualquer tempo, a apresentação de laudos, catálogos ou certificados que comprovem o enquadramento do produto fornecido nestes parâmetros objetivos de qualidade, sob pena de recusa do material.

## 5.6. Projeto Executivo

5.6.1. A contratada deverá apresentar à Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após validação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, um Projeto Executivo completo, conforme diretrizes deste Termo de Referência e dos anexos técnicos listados no item 5.7.

5.6.2. O Projeto Executivo deverá ser apresentado de forma devidamente numerada, estruturada e organizada em estrita correspondência com os anexos que compõem o Termo de Referência, **sob pena de não recebimento**. Para tanto, cada parte do projeto deverá identificar expressamente o respectivo anexo do Termo de Referência ao qual se vincula, demonstrando de forma clara o atendimento a todos os itens, subitens, especificações e exigências constantes dos anexos técnicos. Deverá, ainda, ser apresentada matriz de rastreabilidade preenchida, indicando a correspondência entre cada requisito previsto nos anexos do Termo de Referência e o respectivo trecho ou solução técnica contemplada no Projeto Executivo.

5.6.2.1. A matriz de rastreabilidade, elaborada pela Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, será encaminhada pelo gestor do contrato após o início da execução contratual, para preenchimento da contratada, devendo ser entregue juntamente com o Projeto Executivo completo.

5.6.3. O Projeto Executivo deverá ser entregue em formato digital, bem como em versão consolidada em formato PDF, acompanhado de índice e da matriz de responsabilidade, de modo que permita uma melhor verificação do atendimento às exigências constantes dos anexos técnicos do Termo de Referência. A ausência de correspondência clara entre o Projeto Executivo apresentado e os anexos do Termo de Referência poderá ensejar a devolução do documento para adequação, sem prejuízo dos prazos e sanções contratuais aplicáveis.

5.6.3.1. Sem prejuízo do disposto neste item, poderão ser definidos, na reunião de alinhamento inicial, outros formatos de apresentação, níveis de detalhamento, padronizações ou requisitos complementares para a entrega do Projeto Executivo, desde que compatíveis com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6.4. Para a execução do projeto executivo, a contratada deverá apresentar a comprovação dela de registro no CREA, ou da empresa responsável pelo projeto, em caso de subcontratação, bem como Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, devidamente registrada(o) junto ao conselho profissional competente, contendo, obrigatoriamente, a identificação completa do profissional e contratante, local e natureza do serviço, descrição detalhada das atividades, datas de início e previsão de término, além das assinaturas.

5.6.4.1. A documentação mencionada acima deverá ser apresentada necessariamente no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.6.4.2. O contratante terá o prazo máximo de até cinco dias úteis para analisar e validar a ART e/ou RRT, sendo esta validação condicionante para o início da execução do projeto executivo.

5.6.4.3. Caso a etapa de adaptação e transformação do veículo seja executada por empresa subcontratada, o projeto executivo poderá ser elaborado por essa empresa, devendo ser acompanhado da respectiva ART ou RRT, conforme item 5.6.4.

5.6.4.4. O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica (ART/RRT) deverá(ão) pertencer ao quadro da empresa responsável pelas atividades de adaptação e transformação (seja a licitante principal ou sua subcontratada), admitindo-se a comprovação do vínculo mediante uma das seguintes formas:

- a) Condição de sócio ou diretor: mediante apresentação do contrato social ou estatuto em vigor;
- b) Condição de empregado: mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha de registro de empregado (FRE);
- c) Condição de prestador de serviços: mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum.

5.6.4.5. A comprovação mencionada no item acima, deverá ser encaminhada juntamente com o respectivo(s) atestado(s) de responsabilidade técnica (ART/RRT) assinado pelo(s) profissional(is), constituindo requisito para a validação do atestado e início da execução, respectivamente.

5.6.5. Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela adequação técnica do projeto e pela execução da transformação do veículo.

5.6.6. Os anexos técnicos deverão ser integralmente observados pela contratada na elaboração do Projeto Executivo, admitindo-se, contudo, a realização de ajustes pontuais que se mostrem necessários à adequada execução do objeto, desde que devidamente justificados, previamente acordados entre as partes e formalmente aprovados pelo contratante, sem prejuízo do valor contratado e do prazo inicial estabelecido para a conclusão do projeto executivo.

## **5.7. Adaptação e transformação em unidade móvel**

5.7.1. A adaptação e transformação deverá observar integralmente os anexos técnicos, sem prejuízo de outros requisitos previstos neste Termo de Referência :

- a) Anexo I – Leiaute;
- b) Anexo II – Memorial Descritivo;
- c) Anexo III – Sistema Elétrico;
- d) Anexo IV – Climatização;
- e) Anexo V - Sistema Hidrossanitário;
- f) Anexo VI – Plataforma Elevatória;
- g) Anexo VII – Rede de Informática;
- i) Anexo VIII – Identidade Visual Externa.

5.7.2. A execução deverá ser realizada por empresa especializada e devidamente homologada, conforme item 6.3.

5.7.3. Para a execução das adaptações e transformações, a contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, devidamente registrada junto ao conselho profissional competente, contendo, obrigatoriamente, a identificação completa do profissional e contratante, local e natureza do serviço, descrição detalhada das atividades, datas de início e previsão de término, além das assinaturas.

5.7.3.1. A documentação mencionada acima deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da aprovação formal do projeto executivo.

5.7.3.2. O contratante terá o prazo máximo de até cinco dias úteis para analisar e validar a ART e/ou RRT, sendo esta validação condicionante para o início da execução das adaptações e transformações.

5.7.3.3. O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica (ART/RRT) deverá(ão) pertencer ao quadro da empresa responsável pelas atividades de adaptação e transformação (seja a licitante principal ou sua subcontratada), admitindo-se a comprovação do vínculo mediante uma das seguintes formas:

- a) Condição de sócio ou diretor: mediante apresentação do contrato social ou estatuto em vigor;
- b) Condição de empregado: mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha de registro de empregado (FRE);
- c) Condição de prestador de serviços: mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum.

5.7.3.4. A comprovação mencionada no item acima deverá ser encaminhada juntamente com o respectivo(s) atestado(s) de responsabilidade técnica (ART/RRT) assinado pelo(s) profissional(is), constituindo requisito para a validação do atestado e início da execução, respectivamente.

5.7.4. As ART's ou RRT's, sejam do projeto executivo ou da transformação, deverão ser de todas as competências envolvidas na execução de contrato onde houver exigência pelos respectivos órgãos de classe ( CREA, CAU, etc ).

5.7.5. As peças gráficas constantes no Anexo VIII possuem caráter meramente referencial, destinando-se à apresentação conceitual da identidade visual externa do veículo.

5.7.6. As especificações técnicas detalhadas necessárias à fiel reprodução da identidade visual, incluindo, mas não se limitando a tipografia (fontes), códigos de cores, padrões cromáticos, especificações de materiais, tintas, adesivos, acabamentos e demais elementos técnicos, serão fornecidas pela Assessoria de Comunicação do órgão contratante por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.7.7. Caberá à contratada, com base nas diretrizes e especificações fornecidas, elaborar e submeter à aprovação do contratante o respectivo projeto da identidade visual, assegurando a plena compatibilização com as características do veículo e com as demais soluções técnicas adotadas.

5.7.8. O desenvolvimento e a aplicação da identidade visual deverão observar rigorosamente as orientações institucionais e as normas técnicas pertinentes, não podendo implicar alteração do objeto contratado, sendo considerados incluídos no escopo da contratação.

## **5.8. Acessibilidade e Sustentabilidade**

5.8.1. A unidade móvel deverá atender integralmente às normas de acessibilidade vigentes, incluindo:

- a) Plataforma elevatória veicular homologada;
- b) Espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas;
- c) Sinalização tátil e visual conforme legislação e normas aplicáveis.

5.8.2. Quanto à sustentabilidade:

- a) Veículo compatível com normas ambientais vigentes, notadamente quanto a emissões de ruídos e poluentes, conforme documentação obrigatória solicitada no item 5.9.;
- b) Sistema elétrico dimensionado para eficiência energética, com iluminação em luminárias LED.

5.8.3. As exigências tiveram como referência as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU/AGU, para veículos automotores pesados.

## **5.9. Testes, documentação obrigatória e recebimento;**

5.9.1. O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado no padrão MERCOSUL e licenciado em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

5.9.1.1. Todos os custos inerentes ao primeiro emplacamento, licenciamento, confecção de placas padrão Mercosul, taxas do órgão de trânsito (DETRAN/ES), honorários de despachante e quaisquer outros encargos necessários para a regularização e entrega do veículo em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo correrão às expensas exclusivas da Contratada, devendo estar integralmente computados no valor global da proposta, conforme disposto no item 10.2.1.

5.9.2. Sem prejuízo da documentação complementar solicitada nos anexos técnicos deste termo de referência, a contratada deverá encaminhar a seguinte documentação, até 5 (cinco) dias úteis antes da entrega do veículo:

- a) **Versão final do Projeto Executivo, na condição “as built”**, devidamente atualizada para refletir fielmente todas as adaptações, ajustes e intervenções efetivamente realizadas durante a execução contratual. O projeto “as built” deverá estar completo, consolidado e compatível com a solução entregue, incluindo plantas, diagramas, especificações técnicas e demais elementos necessários à perfeita compreensão, operação, manutenção e eventual replicação da unidade móvel, observando-se a mesma estrutura e organização definida no item 5.6 e nos anexos do Termo de Referência.

- b) **Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV**, em meio físico e digital, atualizado e conforme regulamentação e legislação vigentes;
- c) **Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVV** (ou Certificado de Homologação/Conformidade), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- d) **Documentação técnica** dos fabricantes do chassi e carroceria, manuais técnicos de operação e manutenção de todos os sistemas e equipamentos instalados, bem como outros documentos equivalentes que evidenciam a conformidade do veículo com os padrões técnicos e ambientais aplicáveis;
- e) **Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT)**, emitido pela Secretaria Nacional de Trânsito, referente ao veículo base, comprovando que o modelo fornecido está devidamente homologado no País e atende às exigências técnicas e ambientais aplicáveis;
- f) **Certificado de Segurança Veicular (CSV)**, emitido por instituição técnica licenciada (ITL), comprovando que as adaptações e transformações realizadas no veículo atendem às normas de segurança veicular vigentes e estão em conformidade com a regulamentação dos órgãos competentes;
- g) **Laudo técnico detalhado das adaptações e transformações realizadas**, atestando o funcionamento integral da solução, emitido pelo(s) profissional(is) habilitado(s) da empresa responsável pela execução, conforme item 5.7.3.3, obrigatoriamente acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao conselho de classe competente, contendo, no mínimo: (i) relatórios de testes e ensaios de funcionamento de todos os sistemas e equipamentos instalados; (ii) descrição detalhada das intervenções realizadas; (iii) especificação dos sistemas e equipamentos instalados, com identificação de marcas, modelos e, quando aplicável, números de série; (iv) relação dos materiais empregados; e (v) referência expressa ao projeto executivo e suas eventuais atualizações;
- h) **Comprovação de assistência técnica autorizada** situada na Região Metropolitana da Grande Vitória, em razão da garantia do objeto, conforme disposto no item 12.4.1.
- i) **Certificados de garantia dos equipamentos, sistemas e componentes instalados**, devidamente individualizados, contendo a identificação dos itens, prazos e condições de cobertura, conforme dispõe o item 12.2;
- j) **Laudo técnico ou certificação emitida pelo fabricante**, contendo os índices de Transmissão Luminosa Visível (VLT), rejeição de calor e bloqueio UV, acompanhado de **Declaração de conformidade com a legislação brasileira de trânsito, emitida pela contratada**, em relação a todas as superfícies envidraçadas do veículo, incluindo o para-brisa e as janelas laterais.

5.9.2.1. A entrega do Projeto Executivo 'As Built' implica a cessão integral, definitiva e gratuita dos direitos patrimoniais de autor e de uso do projeto ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, que poderá utilizá-lo, reproduzi-lo ou alterá-lo para fins de manutenção, operação ou replicação em futuras contratações institucionais, sem qualquer ônus adicional.

5.9.3. Caso a contratada não encaminhe integralmente a documentação no prazo estipulado no item anterior, admite-se, em caráter excepcional, a sua apresentação posterior, sem prejuízo de eventual aplicação de sanção. Nessa hipótese, o recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à entrega completa e à conformidade de toda a documentação exigida, podendo a Administração recusá-lo caso os documentos não sejam apresentados ou não atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5.9.4. A contratada deverá realizar a entrega técnica do objeto, consistente na apresentação, treinamento operacional e demonstração prática do funcionamento do veículo e de todos os sistemas e equipamentos instalados, bem como na prestação de orientações operacionais básicas à equipe designada pela Administração, conforme detalhado no item 7.10.

5.9.5. Previamente ao recebimento definitivo, a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual realizará testes de funcionamento abrangendo todos os sistemas do veículo, incluindo, mas não se limitando, aos sistemas

automotivos, elétricos, hidrossanitários, de climatização, nivelamento, plataforma elevatória e demais equipamentos internos e operacionais, a fim de verificar sua plena funcionalidade e conformidade com as especificações contratuais.

5.9.6. Não será admitido qualquer percentual de falhas para itens relacionados à segurança e ao funcionamento estrutural do veículo, os quais deverão apresentar desempenho integral e adequado, sob pena de não aceitação do objeto.

5.10. A contratada deverá assegurar garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para o veículo e para todas as adaptações e transformações realizadas, bem como garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos instalados, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou prazo superior, quando ofertado pelo fabricante ou pela própria contratada.

5.11. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela correção de quaisquer defeitos, falhas ou inconformidades identificadas, sem ônus adicional para a Administração.

5.12. Mais detalhes sobre a garantia do objeto constam no item 12 deste documento.

5.13. O prazo máximo para entrega do objeto será de até 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de emissão da ordem de fornecimento, de acordo com o item 2.8.2.

5.14. O transporte e o frete correrão integralmente por conta da contratada, devendo a entrega ocorrer de forma física, no endereço indicado no item 7.8.1. Em razão da natureza do objeto, não será admitida a entrega por meio de serviços postais ou similares, devendo o veículo ser disponibilizado em condições plenas de uso, conforme as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5.15. A solução deverá permitir que o veículo opere como unidade móvel autônoma de atendimento, apta a deslocar-se por diferentes municípios e localidades, assegurando a continuidade das atividades do NUPEMEC, especialmente o projeto Justiça Comunitária, de forma independente da utilização de unidades judiciais fixas, como fóruns ou demais instalações físicas do Poder Judiciário.

5.16. A solução descrita contempla todo o ciclo de vida do bem, desde a fabricação, transformação, entrega técnica e garantia, assegurando desempenho, durabilidade, segurança, eficiência operacional e aderência às finalidades institucionais do PJES

## **6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A presente contratação deverá observar, além das especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e nos respectivos anexos, os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados à sustentabilidade, regularidade jurídica da execução contratual, responsabilidade ambiental, integridade da cadeia de fornecimento e observância às normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao objeto.

6.2. Considerando tratar-se de aquisição de bem durável com transformação técnica especializada, todos os materiais, equipamentos, componentes estruturais e sistemas instalados deverão atender às normas da ABNT, às regulamentações do CONTRAN, do CONAMA, do DENATRAN e demais órgãos competentes, garantindo segurança estrutural, desempenho adequado, conformidade ambiental e regularidade para circulação em todo o território nacional.

6.3. A contratada deverá assegurar que a transformação veicular seja realizada por empresa devidamente homologada e habilitada junto aos órgãos de fiscalização competentes, de modo que se obtenha a integralidade da documentação e exigências solicitadas neste instrumento.

6.4. Registra-se que os requisitos de habilitação técnica serão tratados em tópico próprio deste Termo de Referência (Item 10 – Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor), evitando-se redundância.

### **6.5. Requisitos de sustentabilidade, segurança e proteção de dados**

6.5.1. A contratação deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 225 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes constantes do Guia Nacional de

Contratações Sustentáveis, do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do PJES, do Plano Anual de Contratações e demais instrumentos de planejamento institucional, em consonância com o art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

6.5.2. No planejamento da contratação, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, foram identificados os possíveis impactos ambientais e as principais medidas de tratamento e mitigação. Dessa forma, durante a execução contratual, a contratada deverá:

a) Declarar que o veículo a ser fornecido atenderá às normas ambientais vigentes, em especial às resoluções do CONAMA e aos limites de emissões estabelecidos pelo PROCONVE.

b) Comprovar registro ativo no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA. No caso de subcontratação, a contratada deverá indicar formalmente a empresa responsável pela execução da transformação do veículo e apresentar a respectiva comprovação de registro ativo no CTF/IBAMA.

c) Comprovar que o veículo atende aos limites de emissão de poluentes estabelecidos pelos órgãos reguladores, por meio da apresentação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM (ou Certificado de Homologação/Conformidade), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), bem como de documentação técnica do fabricante ou outros documentos equivalentes que evidenciam tal requisito ambiental.

d) Comprovar que o veículo atende aos limites de emissão de ruídos estabelecidos pelos órgãos reguladores, por meio da apresentação do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), emitido pela Secretaria Nacional de Trânsito, referente ao veículo base, corroborando que o modelo fornecido está devidamente homologado no País e atende às exigências técnicas e ambientais aplicáveis.

6.5.3. A ausência de comprovação adequada da destinação dos resíduos, quando declarada sua geração, poderá ensejar a não aceitação do objeto até a devida regularização.

6.5.4. Caso a Administração identifique indícios de desconformidade quanto aos níveis de ruído, poderá solicitar, de forma motivada, a apresentação de laudo técnico complementar.

6.5.5. Os sistemas de iluminação interna deverão utilizar tecnologia LED.

6.5.6. Considerando que a unidade móvel poderá operar com coleta, registro e manuseio de dados pessoais dos cidadãos atendidos, a contratada deverá adotar medidas que assegurem a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), especialmente no que se refere:

a) À proteção física dos equipamentos e sistemas eventualmente instalados no veículo;

b) À organização dos espaços internos, de modo a preservar a privacidade dos atendimentos.

6.5.6.1. As medidas adotadas para atendimento às disposições deste item deverão estar devidamente contempladas e detalhadas no Projeto Executivo apresentado pela contratada.

6.5.6.2. A aprovação do Projeto Executivo pela Administração implicará a validação das soluções propostas pela contratada quanto aos aspectos de proteção de dados pessoais, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela efetiva implementação, adequação e conformidade dessas medidas durante a execução contratual.

6.5.6.3. Durante a entrega técnica, a Contratada deverá repassar ao TJES todas as credenciais de administrador dos equipamentos de TI e rede instalados, garantindo que não haja senhas padrão de fábrica ativas nem acessos remotos (backdoors) configurados sem a prévia e formal autorização da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal.

6.5.6.4. Caso o veículo base possua sistemas nativos de telemetria, rastreamento (GPS) ou conectividade com a fábrica/concessionária, a Contratada deverá garantir que, no ato da entrega técnica, a titularidade e a gestão irrestrita desses dados sejam transferidas para o TJES. É terminantemente proibido à Contratada, bem como à montadora, manter acesso remoto, rastrear ou coletar dados de deslocamento da unidade móvel após o recebimento definitivo sem a prévia e expressa autorização do Tribunal.



## 6.6. Exigência de Amostra

6.6.1. Considerando a natureza do objeto — aquisição de veículo rodoviário zero quilômetro com transformação personalizada e projeto executivo específico — não será exigida amostra física prévia do bem, uma vez que a avaliação técnica da proposta ocorrerá com base nas especificações detalhadas, no projeto executivo a ser apresentado após a contratação e na documentação técnica comprobatória da conformidade do veículo e da transformação.

6.6.2. A exigência de amostra mostra-se inadequada para bens dessa complexidade e vulto, pois não se trata de produto padronizado passível de apresentação unitária isolada, sendo a conformidade aferida por meio de análise documental, aprovação de projeto executivo e posterior inspeção no momento da entrega.

6.6.3. A verificação da aderência às especificações técnicas ocorrerá no recebimento provisório e definitivo, mediante testes operacionais e conferência técnica detalhada, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

## 6.7. Subcontratação

6.7.1. Admite-se a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente para a execução da etapa de transformação e adaptação do veículo, bem como para a elaboração do Projeto Executivo, desde que realizada por empresa especializada, observados os requisitos técnicos aplicáveis a cada atividade.

6.7.1.1. No caso da subcontratação da etapa de transformação e adaptação, a empresa subcontratada deverá possuir registro ativo no Cadastro Técnico Federal – CTF do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

6.7.2. É vedada a subcontratação integral do objeto ou da parcela principal consistente no fornecimento do veículo base. A responsabilidade pela entrega do objeto completo, pela integração entre veículo e transformação, pela compatibilidade do Projeto Executivo com a execução, pela qualidade final e pelo cumprimento integral das obrigações contratuais permanecerá exclusivamente com a contratada.

6.7.3. A subcontratação dependerá de prévia comunicação à Administração, tanto na fase de habilitação ou durante a execução contratual, acompanhada da documentação comprobatória da qualificação da empresa subcontratada, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada a supervisão técnica, coordenação e fiscalização dos serviços executados por eventual subcontratada.

6.7.3.1. No curso da execução contratual, a subcontratação será considerada tacitamente aprovada caso não haja manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis

6.7.3.2. Como consequência lógica, a substituição da empresa responsável pela execução da transformação ou pela elaboração do Projeto Executivo também dependerá de prévia comunicação à Administração e da comprovação do atendimento aos mesmos requisitos de habilitação e prazo do item anterior, observado o disposto no item 6.7.3.1.

6.7.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na contratação, gestão ou fiscalização do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, nos termos da legislação vigente.

## 6.8. Vedação à Participação em Consórcio

6.8.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação.

6.8.2. A presente vedação encontra amparo no dever de motivação preconizado no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pelas seguintes razões de ordem técnica, econômica e administrativa:

a) Desnecessidade frente à autorização de subcontratação: O objeto exige a integração entre o fornecimento do veículo base (chassi/motor) e a sua transformação estrutural (unidade móvel). O presente Termo de Referência já prevê e autoriza expressamente a subcontratação da parcela de adaptação veicular. Essa modelagem garante a união das *expertises* necessárias (concessionárias e encarroçadoras) de forma mais segura, tornando a formação de consórcios desnecessária para a ampliação da concorrência.

b) Pluralidade do mercado fornecedor: O mercado nacional de adaptação de unidades móveis é maduro e amplamente competitivo. Existem diversas empresas capazes de assumir a responsabilidade integral pelo escopo do contrato, não se tratando de objeto de altíssima complexidade tecnológica ou de vulto financeiro desproporcional que exija a soma de patrimônios ou capacidades operacionais em regime consorcial.

c) Eficiência e segurança na gestão contratual: A contratação de uma única pessoa jurídica (um único CNPJ principal) concentra a responsabilidade técnica, civil, financeira e administrativa. Isso mitiga severamente os riscos de responsabilização cruzada típicos de consórcios, conferindo maior celeridade e segurança à Administração Pública nas rotinas de faturamento, liquidação, acionamento da garantia de assistência técnica e eventual aplicação de sanções, em estrito cumprimento ao princípio constitucional da eficiência.

## **7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. O modelo de execução do objeto estabelece a forma pela qual a contratação produzirá os resultados pretendidos, disciplinando as etapas administrativas e técnicas desde o início da vigência contratual até o recebimento definitivo do bem, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A execução compreenderá, de forma sequencial e integrada: reunião inicial de alinhamento; emissão da Ordem de Fornecimento; apresentação e aprovação do Projeto Executivo; autorização e execução da transformação e adaptação; entrega da documentação técnica obrigatória; recebimento provisório; entrega técnica, treinamento e testes operacionais; recebimento definitivo; execução da garantia do objeto.

### **7.3. Reunião Inicial de Alinhamento**

7.3.1. Antes da emissão da Ordem de Fornecimento, será realizada reunião inicial de alinhamento entre a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual e a contratada, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos contados da publicação do contrato no Diário da Justiça Eletrônico. A reunião poderá ocorrer de forma presencial ou por videoconferência e terá por finalidade:

- a) Alinhar cronograma macro de execução, conforme tabela prevista no item 7.11.15;
- b) Confirmar responsáveis técnicos e canais formais de comunicação;
- c) Esclarecer aspectos técnicos do Termo de Referência e dos anexos; d) Obrigações contratuais; e) Definir fluxo de apresentação e análise do Projeto Executivo; f) Mecanismos de fiscalização; g) Estratégias para execução do objeto; h) Método de aferição dos resultados; i) Sanções aplicáveis;
- j) Tratar de eventuais providências administrativas preliminares.

7.3.2. A reunião será agendada pelo gestor do contrato, e não substitui a emissão formal da Ordem de Fornecimento.

### **7.4. Emissão da Ordem de Fornecimento**

7.4.1. Após a realização da reunião inicial, será emitida a Ordem de Fornecimento pelo gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da publicação do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, devendo a contratada confirmar o recebimento da ordem até o primeiro dia útil subsequente à data de envio.

### **7.5. Projeto Executivo**

7.5.1. Após a validação da ART/RRT do projeto, terá início o prazo de entrega do projeto executivo, no prazo máximo de 45 dias corridos, **respeitada a integralidade do disposto no item 5.6.**

7.5.2. O Projeto Executivo apresentado ou reapresentado pela contratada será analisado pela equipe designada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do seu recebimento, período durante o qual ficará suspensa a contagem do prazo da contratada para conclusão do projeto.

7.5.3. Caso, após a análise, sejam identificadas inconsistências, omissões ou necessidade de ajustes, o projeto será devolvido à contratada, que deverá promover as adequações necessárias no prazo a ser definido pela equipe, compatível com a complexidade dos ajustes.

7.5.3.1. Nessa hipótese, ficará interrompida a contagem do prazo de análise da equipe, sendo reiniciado do zero após a reapresentação do projeto devidamente ajustado.

7.5.4. A reapresentação do projeto não implicará reinício do prazo da contratada, sendo retomada sua contagem a partir do ponto em que foi suspensa, devendo ser observado, em qualquer hipótese, o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para a conclusão do Projeto Executivo.

7.5.5. Persistindo inconformidades após 2 (duas) rodadas de devolução para ajustes, a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual poderá, mediante decisão motivada:

I - Iniciar outras rodadas de devolução para ajustes, até a efetiva conclusão das adequações necessárias; II - Aprovar formalmente o projeto com ressalvas ou condicionantes, determinando a realização dos ajustes pontuais no curso da execução contratual, desde que as inconsistências identificadas não comprometam a execução do objeto, a segurança, a funcionalidade ou o desempenho da solução;

III - Rejeitar o projeto, caracterizando descumprimento contratual, passível de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive rescisão, nos termos da legislação vigente.

7.5.5.1. Em qualquer das hipóteses acima, ficam ressalvadas as penalidades cabíveis em caso de não observância do prazo estipulado no item 7.5.1.

7.5.6. Eventual prorrogação do prazo somente será admitida em caráter excepcional, devendo ser precedida de solicitação formal da Contratada, devidamente justificada, a qual será analisada pela equipe de recebimento e fiscalização do objeto contratual quanto à sua pertinência e impacto na execução do objeto. A prorrogação somente será efetivada mediante aprovação formal da autoridade competente, com a devida motivação, nos termos da legislação aplicável, não sendo admitida prorrogação por falhas de planejamento, insuficiência técnica ou operacional da contratada.

7.5.7. A contratada é integralmente responsável pela qualidade, completude e adequação do Projeto Executivo, não sendo admitidas alterações que impliquem acréscimo de custos para a Administração.

## **7.6. Execução da Adaptação e transformação em unidade móvel**

7.6.1. Após a aprovação formal do projeto executivo e a validação da ART/RRT da Execução, terão início a execução das adaptações e transformações, respeitadas a data limite para a execução contratual e a integralidade do disposto no item 5.7.

7.6.2. A execução da transformação somente deverá ser iniciada após a aprovação formal do projeto executivo e a validação da ART/RRT da Execução.

## **7.7. Documentação técnica obrigatória**

7.7.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da entrega do veículo, a contratada deverá encaminhar a documentação obrigatória solicitada no item 5.9.

7.7.2. A documentação deverá ser entregue em formato digital, sendo cada documento apresentado individualmente em arquivo próprio, no formato PDF, devidamente nomeado e organizado em estrita observância à ordem sequencial estabelecida no item 5.9.2, de modo a permitir a adequada verificação, conferência e validação por parte da Administração.

7.7.2.1. Sem prejuízo do disposto neste item, poderão ser definidos, na reunião de alinhamento inicial, outros formatos de apresentação, padronizações ou requisitos complementares, desde que compatíveis com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

## **7.8. Local e Horário de Entrega**

7.8.1. O veículo deverá ser entregue completamente finalizado, transformado, testado, emplacado e licenciado em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no pátio da Seção de Transporte do PJES, localizado na Rua

Taciano Abaurre, 225 - Enseada do Suá, Vitória-ES - 29050-470, ou em outro endereço formalmente indicado pela Administração, no Estado do Espírito Santo.

7.8.2. A entrega ocorrerá em dias úteis, no horário de funcionamento administrativo vigente à época, mediante prévio agendamento com o setor responsável, através do email: transporte@tjes.jus.br.

7.8.3. O transporte e o frete correrão integralmente por conta da contratada. O veículo deverá ser apresentado fisicamente no local indicado.

7.8.4. Caso não seja possível a entrega na data estipulada, a contratada deverá comunicar formalmente à equipe as razões do atraso e reagendar a entrega, de preferência com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, observado o prazo máximo contratual para a entrega do objeto, conforme item 5.13.

7.8.5. A Contratada assume integralmente os riscos por perdas, danos, furtos, roubos ou sinistros de qualquer natureza envolvendo o veículo e seus equipamentos durante o transporte, permanecendo como única responsável financeira e civil pelo objeto até a assinatura formal do Termo de Recebimento Provisório pelo Tribunal de Justiça.

## **7.9. Recebimento Provisório e Definitivo**

7.9.1. Com fundamento no Estudo Técnico Preliminar e nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas: provisório e definitivo.

7.9.2. O recebimento provisório consiste na transferência da posse do objeto para a Administração, não implicando sua aceitação definitiva.

7.9.3. Na presente contratação, o recebimento provisório ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a entrega física do bem, no endereço indicado no item 7.8 deste Termo de Referência.

7.9.4. O recebimento provisório será realizado pela Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, mediante emissão de termo detalhado contendo:

- a) Identificação do instrumento contratual;
- b) Descrição do objeto entregue;
- c) Identificação das partes;
- d) Data da entrega;
- e) Verificação preliminar da integridade física;
- f) Registro de eventuais pendências;
- g) Outras informações que forem relevantes.

7.9.4.1. Nesta etapa será verificada a conformidade aparente do bem, sem prejuízo da análise técnica aprofundada a ser realizada para fins de recebimento definitivo.

7.9.5. Após o recebimento provisório, será realizada avaliação técnica detalhada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, para verificar a conformidade integral do objeto com as especificações do Termo de Referência e do Projeto Executivo aprovado.

7.9.5.1. Dentro desse período, também serão analisadas eventuais pendências na entrega da documentação obrigatória, constituindo a validação dessa documentação condição indispensável para a formalização do recebimento definitivo, conforme itens 5.9.3 e 7.9.13.

7.9.6. Serão realizados testes operacionais dos sistemas estruturais, elétricos, hidrossanitários, de climatização, de rede, acessibilidade, nivelamento, multimídia e demais materiais, mobiliário e equipamentos instalados.

7.9.7. Caso, durante esse período, sejam identificadas falhas, inconsistências, inconformidades ou necessidade de ajustes, o objeto será devolvido à contratada para as devidas correções, mediante registro formal das pendências.

7.9.8. Nessa hipótese, ficará interrompida a contagem do prazo para o recebimento definitivo, sendo reiniciada do zero após a reapresentação do objeto devidamente ajustado.

7.9.9. A contratada deverá realizar os ajustes no prazo a ser definido pela equipe, compatível com a complexidade das correções, sem prejuízo do valor contratado.

7.9.10. Persistindo inconformidades após 2 (duas) rodadas de devolução para ajustes, a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual poderá, mediante decisão motivada:

I - Iniciar outras rodadas de negociação, determinando a realização de ajustes remanescentes, a serem executados pela contratada em prazo fixado pela equipe, sem prejuízo da utilização do objeto, desde que tais ajustes não interfiram na sua operação segura e adequada;

II – Aceitar excepcionalmente o objeto com ressalvas, exclusivamente nas hipóteses em que as pendências identificadas sejam de natureza não essencial e não comprometam, isolada ou conjuntamente, a segurança, descumprimento de requisitos técnicos essenciais, a integridade estrutural, a funcionalidade, o desempenho, a acessibilidade ou a utilização regular e plena do objeto, tais como ajustes de acabamento, pequenas adequações estéticas, correções documentais não críticas ou itens acessórios de menor impacto. Nesses casos, os ajustes serem deverão executados sem prejuízo da utilização do objeto;

III – rejeitar o objeto, caracterizando descumprimento contratual, quando as inconformidades identificadas comprometerem, ainda que parcialmente, a segurança, a funcionalidade, o desempenho, a acessibilidade, a durabilidade ou a finalidade do objeto, ou ainda quando houver descumprimento de requisitos técnicos essenciais estabelecidos no Termo de Referência ou no Projeto Executivo aprovado.

7.9.10.1. Eventuais correções decorrentes de ressalvas deverão ser tratadas no âmbito da garantia contratual, não se caracterizando como prorrogação da execução do contrato.

7.9.11. O recebimento definitivo poderá ocorrer até o término da vigência contratual, inclusive com ressalvas, sem prejuízo de eventual prorrogação contratual, conforme item 2.8.3, ou aplicação de penalidades cabíveis, quando for o caso.

7.9.11.1. O não saneamento das ressalvas no prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato, inclusive multa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.9.12. Não será admitido, em nenhuma hipótese, o recebimento definitivo com ressalvas que envolvam falhas em sistemas essenciais, tais como sistemas elétricos, de climatização, de acessibilidade, de segurança veicular, de estrutura ou quaisquer outros que comprometam o funcionamento adequado da unidade móvel.

7.9.13. São condições indispensáveis para o recebimento definitivo:

a) Conformidade integral do objeto com as especificações do Termo de Referência e do Projeto Executivo aprovado, admitidas, excepcionalmente, ressalvas de natureza não essencial, nos termos do 7.9.11, bem como do inciso II, do item 7.9.10;

b) Entrega de toda a documentação obrigatória, conforme disposto nos itens 5.9.2, 5.9.3 e 7.7.1, sem prejuízo da entrega de documentação complementar solicitada nos anexos técnicos deste documento;

c) Termo de recebimento da entrega técnica e do treinamento operacional, em concordância com o previsto no item 7.10.

7.9.14. Para o recebimento definitivo do objeto contratual, a equipe deverá emitir e assinar o respectivo termo de recebimento, conforme o modelo constante no Anexo IX do Termo de Referência, que conterá:

a) identificação do contrato;

b) referência ao termo de recebimento provisório;

c) detalhamento da análise técnica realizada;

d) manifestação conclusiva quanto à conformidade do objeto, incluindo o ateste da entrega de toda a documentação obrigatória, da entrega técnica e da realização do treinamento operacional; e) assinatura dos membros da equipe.

7.9.15. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e técnico-profissional da contratada pela perfeita execução do objeto.

7.9.16. Somente após o recebimento definitivo iniciar-se-á a contagem do prazo de garantia contratual.

#### **7.10. Entrega Técnica e treinamento operacional**

7.10.1. A contratada deverá realizar a entrega técnica do objeto, compreendida como etapa formal de transferência de conhecimento, demonstração do funcionamento e validação operacional do veículo e de todos os sistemas, equipamentos, adaptações e transformações realizadas.

7.10.1.1. A entrega técnica deverá abranger, no mínimo, treinamento operacional, a explicação dos procedimentos de operação, segurança, conservação e acionamento da garantia, **constituindo condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto.**

7.10.2. A entrega técnica e o treinamento operacional deverão ser realizados no período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, devendo ser concluídos no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, correspondente ao prazo inicial estabelecido para a realização do recebimento definitivo pela Administração, conforme item 7.9.5, constituindo condição indispensável para sua formalização.

7.10.3. A entrega técnica deverá ser realizada na presença da equipe de recebimento e fiscalização do objeto contratual, abrangendo, no mínimo, a apresentação detalhada do veículo, a demonstração prática do funcionamento de todos os sistemas e equipamentos instalados, bem como o esclarecimento de aspectos técnicos relevantes à fiscalização, operação e manutenção do objeto.

7.10.3.1. Após a entrega técnica, a contratada deverá consolidar as informações e aspectos abordados, em checklist específico, para aprovação da equipe técnica, constituindo condição para a formalização do termo mencionado no item 7.10.6.

7.10.4. Adicionalmente, a contratada deverá promover treinamento operacional presencial específico destinado à equipe que atuará diretamente na utilização e operação do veículo, incluindo servidores do PJES e colaboradores terceirizados, contemplando, no mínimo, orientações quanto à operação segura e adequada dos sistemas e equipamentos, procedimentos de acionamento, utilização dos recursos disponíveis, rotinas básicas de conservação, bem como instruções para identificação de falhas e acionamento da garantia.

7.10.4.1. O treinamento também deverá abordar o funcionamento do veículo base, operação segura da plataforma elevatória, quadro de energia, gerador, climatização, bem como demais aspectos necessários ao perfeito funcionamento do veículo. A alegação de exclusão de garantia por 'mau uso' não será aceita caso o dano decorra de falha ou omissão nas instruções fornecidas durante este treinamento.

7.10.4.2. A contratada deverá encaminhar previamente ementa com um resumo estruturado dos pontos essenciais, objetivos e conteúdos que serão abordados, constituindo condição para a realização do treinamento.

7.10.5. A contratada deverá fornecer, no momento da entrega técnica, manuais práticos de operação, em formato físico e/ou digital, contendo linguagem clara e acessível, incluindo, no mínimo: descrição simplificada dos sistemas e equipamentos; orientações de uso; procedimentos básicos de operação; principais dúvidas e soluções (FAQ); rotinas de verificação; e canais de suporte técnico, com indicação de contatos, telefones e demais meios de atendimento.

7.10.5.1. Adicionalmente, a contratada também deverá fornecer um Guia Rápido de Operação, de fácil leitura, contendo o passo a passo simplificado e ilustrado para a operação da plataforma elevatória, acionamento do sistema elétrico/gerador, do sistema de climatização, e procedimentos de emergência, o qual deverá permanecer no porta-luvas ou fixado na cabine da unidade móvel.

7.10.6. A realização da entrega técnica e do treinamento operacional deverá ser formalmente registrada, mediante termo de recebimento assinado pelas partes envolvidas.

7.10.6.1. O termo de recebimento mencionado acima constitui **requisito para o recebimento definitivo do objeto.**

### **7.11. Fluxo Regular de Execução da Contratação**

7.11.1. A execução do objeto deverá observar o fluxo procedimental estabelecido neste Termo de Referência, compreendendo as etapas de planejamento, elaboração e aprovação do Projeto Executivo, execução da adaptação e transformação do veículo, entrega física, realização de testes, entrega técnica, treinamento operacional e recebimento definitivo.

7.11.2. As etapas da execução contratual deverão ser realizadas de forma sequencial e condicionada, sendo o avanço entre elas vinculado ao cumprimento integral das exigências previstas para cada fase, conforme critérios técnicos, operacionais e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.11.3. A contratada deverá observar rigorosamente os prazos, requisitos técnicos e condições estabelecidas, responsabilizando-se pela adequada coordenação das atividades necessárias à execução do objeto, inclusive quanto à integração entre as etapas de projeto, fabricação, adaptação, transformação, instalação de sistemas e fornecimento de equipamentos.

7.11.3.1. Para fins de cumprimento do prazo contratual, a contratada deverá estruturar sua execução de forma eficiente, podendo promover a realização de atividades de maneira concomitante ou sobreposta, sempre que tecnicamente viável, tais como o desenvolvimento do Projeto Executivo em paralelo à adoção de providências relacionadas à fabricação, encomenda, aquisição e logística de entrega do veículo base.

7.11.3.2. Nesse contexto, sugere-se que a contratada adote, desde a assinatura do contrato, medidas preparatórias necessárias à viabilização da execução do objeto, inclusive tratativas com fabricantes, fornecedores e demais envolvidos, não podendo eventual sequenciamento inadequado das atividades ser utilizado como justificativa para descumprimento dos prazos estabelecidos.

7.11.3.3. A estratégia de execução adotada pela contratada deverá assegurar a compatibilidade entre as etapas, a observância dos requisitos técnicos e a entrega do objeto dentro do prazo global da contratação, permanecendo a contratada integralmente responsável por eventuais incompatibilidades, retrabalhos ou atrasos decorrentes da sua organização interna.

7.11.3.4. As interações técnicas, solicitações de esclarecimentos, ajustes ou complementações demandadas pela Contratante no curso da execução contratual não implicarão, por si sós, prorrogação automática de prazos, devendo a Contratada estruturar sua execução de modo a absorver tais intercorrências dentro do cronograma contratual originalmente pactuado, salvo quando formalmente reconhecida, pela Administração, a ocorrência de fato superveniente que justifique a revisão dos prazos, nos termos da legislação aplicável.

7.11.4. A Administração exercerá o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, podendo, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos, documentos, ajustes ou correções necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, sem que isso implique transferência de responsabilidade à contratada.

7.11.5. Os prazos previstos para execução das etapas poderão ser suspensos ou interrompidos nos casos expressamente previstos neste Termo de Referência, especialmente durante os períodos de análise técnica pela Administração ou quando houver necessidade de ajustes devidamente formalizados, sendo retomados após a regularização das pendências.

7.11.6. A execução contratual deverá respeitar o prazo global estabelecido, não sendo admitidas prorrogações tácitas ou implícitas, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas e devidamente formalizadas.

7.11.7. Eventuais ajustes, adequações ou alterações no curso da execução poderão ser admitidos, desde que não comprometam o objeto contratado, não impliquem acréscimo de custos para a Administração e sejam previamente acordados entre as partes, com a devida formalização e observância do prazo contratual.

7.11.8. Os prazos de natureza operacional ou acessória, tais como aqueles relacionados à apresentação de documentos técnicos (a exemplo de ART/RRT), prazos estabelecidos pela equipe ao longo da execução contratual, realização de ajustes pontuais, complementações, correções ou demais providências de baixa complexidade no curso da execução contratual, poderão, em caráter excepcional, ser prorrogados.

7.11.9. A prorrogação de tais prazos deverá ser devidamente justificada pela Contratada e será analisada pela equipe técnica da Contratante, a quem competirá deliberar quanto à sua pertinência, observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência, bem o cumprimento das etapas dentro dos prazos estabelecidos.

7.11.10. As prorrogações previstas neste item não configuram alteração contratual relevante, restringindo-se a aspectos operacionais da execução, desde que não impliquem modificação do prazo global de execução ou da vigência contratual.

7.11.11. A concessão de prorrogação não afasta a responsabilidade da Contratada quanto ao adequado planejamento, organização e gestão de suas atividades, sendo vedada sua utilização como justificativa para atrasos recorrentes ou falhas de programação.

7.11.12. A reiteração de pedidos de prorrogação poderá ensejar a adoção de medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, quando caracterizada deficiência de planejamento ou execução inadequada por parte da Contratada

7.11.13. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo de execução contratual, sendo que as etapas de verificação, testes, entrega técnica, treinamento e recebimento definitivo poderão, excepcionalmente, ocorrer até o término da vigência contratual, uma vez que configuram atos vinculados ao processo de recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo ao disposto no item 2.8.3.

7.11.13.1. As atividades realizadas até o término da vigência contratual limitam-se exclusivamente aos atos necessários ao recebimento definitivo, não caracterizando prorrogação da execução contratual.

7.11.14. A contratada permanecerá responsável pelo objeto até o seu recebimento definitivo, inclusive quanto à correção de falhas, atendimento às exigências técnicas e cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo das responsabilidades decorrentes da garantia.

7.11.15. Os prazos definidos pela equipe deverão observar critérios de razoabilidade, proporcionalidade e compatibilidade com a complexidade da demanda, sendo formalmente registrados e comunicados à contratada, para fins de controle e eventual aplicação de penalidades.

#### 7.11.16. Cronograma de Execução

Etapa	Ação da Contratada	Ação do Contratante	Prazo da Contratada	Prazo do Contratante	Condicionantes para avanço	Referência no TR
1	Assinatura do contrato	Assinatura do contrato	—	—	Formalização do contrato	-
2	Participação na reunião de alinhamento	Convocação e condução da reunião	Até 5 dias corridos após publicação do contrato	Até 5 dias corridos após publicação do contrato	Realização da reunião	7.3.1
3	Confirmar recebimento da ordem de fornecimento	Emissão da ordem de fornecimento	Até o dia útil subsequente à data de envio da ordem de fornecimento	Até 10 dias corridos após publicação do contrato	Ordem de Fornecimento emitida	7.4.1



4	Apresentação da ART/RRT do Projeto Executivo	Análise e validação documental	Até 5 dias úteis após Ordem de Fornecimento	Até 5 dias úteis após recebimento da documentação	ART/RRT válida apresentada	5.6.4.1 e 5.6.4.2
5	Elaboração e apresentação do Projeto Executivo	Acompanhamento, se necessário	Até 45 dias corridos após a validação da ART/RRT	Até 10 dias úteis para análise do Projeto Executivo apresentado	Aprovação do projeto	5.6.1, 7.5.1 e 7.5.2
6	Adequação/ajuste pontual do projeto (se necessário)	Acordar e aprovar a adequação/ajustes	Prazo a ser definido pela equipe, compatível com a complexidade dos ajustes, mas dentro do prazo de até 45 dias após a validação da ART/RRT	Até 10 dias úteis para análise do Projeto Executivo apresentado ou reapresentado	Aprovação do projeto	5.6.1, 5.6.6, 7.5.2 e 7.5.3
7	Apresentação da ART/RRT da Execução	Análise e validação documental	Até 5 dias úteis após aprovação formal do projeto	Até 5 dias úteis	ART/RRT válida apresentada	5.7.3.1 e 5.7.3.2
8	Execução da adaptação e transformação	Acompanhamento e fiscalização	Após a validação da ART/RRT e dentro do prazo de execução contratual	Validação da execução conforme etapas 10, 11 e 12.	Conclusão da execução	7.6.1
9	Entrega da documentação técnica obrigatória (lista do item 5.9 do TR)	Análise e validação da documentação	Até 5 dias úteis antes da entrega física do veículo	Até a data limite do recebimento definitivo	Entrega válida total da documentação obrigatória	5.9.2 e 5.9.3

10	Entrega física do veículo	Verificação de conformidade aparente do objeto	5 dias úteis após a entrega da documentação obrigatória e dentro do prazo de execução contratual	5 dias corridos após a entrega física do objeto	Recebimento provisório formalizado	7.7.1, 7.9.3 e 7.9.4.1
11	Entrega técnica, eventuais pendências na documentação obrigatória e treinamento operacional	Verificação e validação da conformidade integral do objeto; Participação e validação da entrega técnica e treinamento operacional; análise e validação de eventual pendência da documentação obrigatória	Dentro dos 30 dias corridos após o recebimento provisório	30 dias corridos após o recebimento provisório	Recebimento definitivo formalizado	7.9.5, 7.9.13, 7.10.2
12	Correção de pendências (se houver)	Recebimento definitivo	Prazo a ser definido pela equipe, compatível com a complexidade das correções	Até 30 dias corridos após a reapresentação do objeto devidamente ajustado	Recebimento definitivo formalizado	7.9.9, 7.9.9, 7.9.10

## 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Os procedimentos de gestão do instrumento contratual resultante deste Termo de Referência serão fundamentados no Manual de Gestão de Contratos Administrativos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Ato Normativo n.º 096/2022).

8.2. O PJES designará gestor e fiscal para acompanhar a execução do instrumento contratual que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.3. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.4. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

### 8.5. Rotinas de fiscalização

8.5.1. A execução do instrumento contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal administrativo e pelos integrantes da Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, ou seus respectivos substitutos.

## **8.6. Fiscalização técnica**

8.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do instrumento contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento de todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.6.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do instrumento contratual, determinando prazo para a correção.

8.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.6.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **8.7. Fiscalização administrativa**

8.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **8.4. Gestor do contrato**

8.4.1. Cabe ao gestor do contrato, dentre outras elencadas no Manual de Gestão de Contratos do PJES:

a) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

- e) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- f) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- g) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;
- h) Receber e dar encaminhamento imediato à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, e do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, a avaliação da execução do objeto observará critérios objetivos de quantidade, qualidade, conformidade técnica e cumprimento de prazos, conforme definido neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

9.2. A avaliação das especificações do bem adquirido será realizada pela Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, composta por pelo menos um servidor de cada uma das seguintes unidades: Seção de Transporte; Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos; Secretaria de Tecnologia da Informação; Assessoria de Imprensa e Comunicação Social; e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC.

9.3. A avaliação da execução do objeto será formalizada por meio de termos detalhados, conforme disposto nos itens 7.9.4 (recebimento provisório) 7.9.14 (recebimento definitivo).

9.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento está condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo.

9.6. Os servidores da Seção de Transporte, Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos, Secretaria de Tecnologia da Informação e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social, que comporão a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, serão responsáveis pela fiscalização técnica do objeto nos moldes contratados, de acordo com a seguinte divisão:

Descrição	Unidade Responsável
Especificações de mecânica automotiva	Seção de Transporte
Leiaute da unidade móvel	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do memorial descritivo	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos

Especificações de iluminação	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do gerador, tomadas, parte elétrica	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do sistema de climatização	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações do sistema hidrossanitário	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações da plataforma elevatória	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
Especificações de rede e informática	Secretaria de Tecnologia da Informação
Especificações da identidade visual externa	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

9.7. O servidor do NUPMEC, que comporá a Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, é o servidor representante da área demandante que solicita a contratação. Será responsável por fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional, objetivando verificar o atendimento do objeto aos fins a que se propôs a contratação.

9.8. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar:

- a) Nota Fiscal Eletrônica contendo identificação do contrato, número do empenho, descrição do objeto, período de referência, valores e eventuais retenções tributárias;
- b) Comprovantes de regularidade fiscal: Receita Federal e Dívida Ativa da União; FGTS; Justiça do Trabalho; Receita Estadual; Receita Municipal; consulta ao SICAF ou documento equivalente; comprovante de opção pelo Simples Nacional, se aplicável;
- c) Outros documentos eventualmente solicitados pelo Contratante.

9.9. Recebido o(s) documento(s) fiscal(ais) pertinente(s) - a Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato - correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação pela Unidade Competente, prorrogáveis por igual período, nos termos da Norma de Procedimentos Nº 07.03 – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA DESPESA.

9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar a Nota Fiscal. Havendo erro na apresentação da referida Nota, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

9.11. A(s) Nota(s) Fiscal(ais) Eletrônica(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhada(s) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do instrumento contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme descrito no item acima.

9.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.22. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.23. Considerando que o objeto da presente contratação consiste em fornecimento de bem em entrega única, com pagamento em parcela única e vigência contratual vinculada à entrega e ao recebimento definitivo, o preço será fixo e irrevogável durante o prazo ordinário de execução contratual.

9.24. Caso, por fato não imputável à contratada, a execução contratual ultrapasse o interregno de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, admitir-se-á reajustamento pelo IPCA/IBGE, ou por outro índice setorial mais adequado expressamente definido pela área técnica, observada a data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos dos arts. 25, § 7º, e 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

9.25. O reajuste somente será aplicável se comprovado que a extrapolação do prazo anual não decorreu de fato imputável à contratada, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade contratual.

9.26. Sem prejuízo da regra de reajustamento prevista neste Termo de Referência, fica preservado o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, caso comprovadamente ocorram fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução contratual.

9.27. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, preferencialmente antes da entrega definitiva do objeto, quando o fato ensejador já for conhecido pela contratada.

9.28. O requerimento deverá ser acompanhado de documentos comprobatórios aptos a demonstrar o evento superveniente, impacto econômico-financeiro suportado, o nexo causal e a impossibilidade de absorção ordinária dos custos pela contratada.

## **10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento de bem comum, assim entendido aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a comparação direta entre propostas e a adoção do critério de julgamento pelo menor preço. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se pela natureza padronizável do objeto, pela ampliação da competitividade, pela celeridade do procedimento e pela busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

### **10.2. Critério de apresentação da proposta e registro do lance no Comprasnet**

10.2.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, considerando o fornecimento integral do objeto, compreendendo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à sua perfeita execução, inclusive tributos, fretes, encargos, seguros, transporte, montagem, instalação, testes, garantia e quaisquer outros custos incidentes. A proposta vencedora deverá, além de apresentar o menor valor global, demonstrar-se exequível, compatível com os preços praticados no mercado e plenamente aderente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Não será considerada vencedora a proposta que, embora apresente o menor preço, deixe de atender às exigências técnicas mínimas, apresente vícios, omissões ou inconsistências, ou não comprove o cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no edital.

### **10.3. Critérios de aceitabilidade de preços**

10.3.1. Para fins de aceitabilidade de preços, o licitante mais bem classificado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, planilha detalhada de composição de preços, contendo o valor global e a discriminação dos principais custos que o compõem, a fim de permitir a análise de exequibilidade e compatibilidade com os parâmetros estimados pela Administração. Serão desclassificadas propostas com valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com a execução integral do objeto, observado o contraditório e a possibilidade de comprovação da viabilidade pelo licitante.

### **10.4. Exigências de habilitação**

10.4.1. No que se refere às exigências de habilitação, estas observarão estritamente os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e terão por finalidade comprovar que o licitante possui capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica compatíveis com o objeto da contratação, assegurando a isonomia, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

10.4.2. A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação da documentação exigida na legislação vigente, a ser detalhada no edital, incluindo prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica, regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, regularidade relativa ao FGTS e à Justiça do Trabalho, bem como demais documentos exigidos constitucional e legalmente.

**10.1.2.1 A empresa responsável pela execução das atividades de adaptação e transformação do veículo deverá comprovar que possui, em seu ato constitutivo (Contrato Social ou Estatuto), atividade econômica compatível com o objeto da contratação, compreendendo, por exemplo, a fabricação, modificação, adaptação ou transformação de automóveis, caminhões, ônibus, cabines, carrocerias, etc.** A exigência deverá ser atendida:

I – pela própria licitante, quando esta for responsável pela execução das atividades de adaptação e transformação do veículo; ou

II – pela empresa indicada pela licitante como responsável pela execução dessas atividades, na hipótese de subcontratação.

10.4.3. A qualificação econômico-financeira será aferida mediante apresentação de documentos que comprovem a boa situação financeira da empresa, tais como balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, além de outros indicadores que venham a ser previstos no edital, considerando o vulto e a complexidade do objeto, de modo a mitigar riscos de inexecução contratual por incapacidade financeira da futura contratada, vedadas exigências excessivas ou desproporcionais.

10.4.4. A qualificação técnica deverá demonstrar a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Para tanto, será exigida:

a) a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s), comprovando que a empresa já forneceu bem similar ao objeto desta contratação, com características técnicas equivalentes ou superiores. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial, e a Administração poderá solicitar documentos complementares para verificar sua autenticidade e legitimidade.

a.1) Para fins de aferição da similaridade, considerar-se-á o fornecimento e/ou a adaptação/transformação de veículo automotor de grande porte (ônibus ou caminhão) em unidade móvel de atendimento, saúde, monitoramento, escritório itinerante ou finalidade equivalente, que contemple instalação de sistemas elétricos, de climatização, adequação de layout interno etc;

b) A empresa responsável pela fabricação das adaptações e pela transformação do veículo em unidade móvel deverá possuir registro ativo no Cadastro Técnico Federal – CTF do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos das Instruções Normativas Ibama nº 13/2021 e nº 12/2021 e suas alterações, ou outros normativos que vierem a substituí-las. A exigência deverá ser atendida:

I – pela própria licitante, quando esta for responsável pela execução das atividades de adaptação e transformação do veículo; ou

II – pela empresa indicada pela licitante como responsável pela execução dessas atividades, na hipótese de subcontratação.

c) Declaração de que o veículo a ser fornecido atenderá às normas ambientais vigentes, em especial às resoluções do CONAMA e aos limites de emissões estabelecidos pelo PROCONVE, conforme modelo constante no Anexo IX.

d) Declaração da licitante de que examinou o termo de referência em sua integralidade, incluindo todos os documentos que o compõem, planilhas e as especificações, de que conhece todos os aspectos peculiares ao fornecimento dos bens, de que efetuou todas as interpretações, deduções e conclusões para definição do seu custo de todo o fornecimento, bem como formulou uma estimativa correta das peculiaridades locais que possam influir no cumprimento contratual, de maneira que qualquer eventual falha de sua parte não a isentará das obrigações assumidas, independentemente de suas dificuldades, conforme modelo constante no Anexo X.

10.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço



atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **10.5. Declarações relativas à elegibilidade e à origem**

10.5.1. A licitante deverá apresentar declaração específica (Anexo XI), indicando o país de origem de seu capital, para fins de verificação de elegibilidade, em conformidade com as regras aplicáveis às contratações financiadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

10.5.2. A licitante deverá, ainda, no documento indicado no item 10.5.1 (Anexo XI), declarar expressamente, o(s) país(es) onde serão realizadas as atividades de adaptação e transformação do veículo, para fins de verificação de conformidade com as regras de elegibilidade e de origem aplicáveis.

10.5.2.1. Na hipótese de participação de subcontratada para a execução das atividades de adaptação e transformação, a licitante deverá indicar, igualmente, o país de origem de seu capital, bem como o(s) país(es) em que as atividades de adaptação e transformação serão realizadas, assegurando que a empresa envolvida atenda aos requisitos de elegibilidade aplicáveis.

10.5.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, inclusive na fase de habilitação ou durante a execução contratual, solicitar documentação comprobatória das informações declaradas, tais como atos constitutivos, composição societária, quadro de sócios e administradores ou outros documentos idôneos que permitam verificar a origem do capital da empresa.

10.5.4. A prestação de informações falsas ou a omissão de dados relevantes quanto à origem do capital ou ao local de execução das atividades poderá ensejar a desclassificação da proposta, a rescisão contratual e a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das demais consequências legais.

### **10.6. Disposições gerais sobre habilitação**

10.6.1. Quando admitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, a habilitação poderá ser comprovada mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, em português do Brasil, devendo, para fins de assinatura do contrato, ser traduzidos por tradutor juramentado e devidamente apostilados ou consularizados, conforme a legislação aplicável.

10.6.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diverso daquele constante da proposta, salvo nos casos legalmente permitidos, observando-se as regras relativas à matriz e filial.

10.6.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6.5. As exigências de habilitação serão estabelecidas de forma objetiva e proporcional à complexidade do objeto, vedada a inclusão de condições restritivas à competitividade ou que não guardem pertinência direta com o fornecimento pretendido, garantindo-se plena observância aos princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **11 - GARANTIA CONTRATUAL**

11.1. Não será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar da presente contratação.

11.2. A decisão pela não exigência de garantia contratual fundamenta-se na natureza do objeto, caracterizado como fornecimento de bem em entrega única, com pagamento em parcela única e vigência contratual limitada ao cumprimento integral da obrigação, não se verificando risco contratual que justifique a imposição de garantia, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da competitividade.

11.3. Ressalta-se que a ausência de exigência de garantia não afasta a aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento, nem exclui a responsabilidade civil da Contratada pelos prejuízos eventualmente causados à Administração.

## **12 - GARANTIA DO OBJETO:**

12.1. O prazo de garantia contratual do veículo e de suas adaptações/transformações é de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

12.1.1. A garantia abrange o veículo base e as adaptações/transformações realizadas, sendo a Contratada integralmente responsável pelos serviços executados, independentemente das garantias dos fabricantes.

12.1.2. A garantia relativa às adaptações e transformações independe da garantia do veículo base, não podendo a Contratada eximir-se de suas responsabilidades sob alegação de falhas atribuídas a terceiros.

12.2. Todos os equipamentos, sistemas e componentes instalados terão garantia mínima de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, e todos os certificados de garantia devem ser entregues ao contratante.

12.2.1. Os prazos de garantia indicados nos certificados dos fabricantes poderão ter início em data anterior ao recebimento definitivo; contudo, a contratada deverá assegurar que todos os equipamentos e sistemas estejam integralmente cobertos por garantia durante o prazo mínimo estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à recebimento definitivo do objeto.

12.2.2. Caso o prazo de garantia fornecido pelo fabricante seja inferior ao prazo contratual ou tenha seu início em momento anterior ao recebimento definitivo, caberá à contratada complementar, por sua conta e risco, a cobertura necessária, de modo a garantir o atendimento integral das condições de garantia exigidas.

12.2.3. A garantia contratual do objeto prevalecerá sobre quaisquer limitações, restrições ou prazos estabelecidos pelos fabricantes, sendo a contratada responsável pela solução de eventuais falhas, independentemente da origem do defeito.

12.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

12.4 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do veículo, das suas adaptações/transformações e dos equipamentos, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

12.4.1. A contratada deverá dispor e manter, durante todo o período de garantia do objeto, assistência técnica autorizada situada na Região Metropolitana da Grande Vitória, apta a realizar manutenções preventivas e corretivas, com disponibilidade de equipe técnica qualificada, ferramental adequado e acesso a peças e componentes originais.

12.4.1.1. A comprovação da assistência técnica autorizada deverá ser apresentada mediante, no mínimo, um dos seguintes documentos:

I – declaração formal do fabricante do veículo, da carroceria, dos sistemas e dos equipamentos, conforme o caso, atestando que a empresa indicada é autorizada a prestar assistência técnica;

II – contrato ou instrumento equivalente firmado entre a contratada e a empresa responsável pela assistência técnica, comprovando o vínculo para atendimento durante o período de garantia;

III – outros documentos idôneos que comprovem a capacidade técnica e a autorização para prestação dos serviços.

12.4.1.2. A contratada deverá apresentar a documentação comprobatória até o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis antes da entrega do objeto, devendo mantê-la atualizada durante todo o período de garantia.

12.4.1.3. A indicação da assistência técnica deverá conter, no mínimo, razão social, endereço completo, contatos atualizados e descrição dos serviços cobertos.

12.4.1.4. A eventual substituição da assistência técnica indicada deverá ser previamente comunicada e submetida à aprovação da Administração, devendo a nova empresa atender integralmente aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.4.1.5. A inexistência, indisponibilidade ou inadequação da assistência técnica não exime a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações de garantia, devendo, nesses casos, adotar as providências necessárias para assegurar o atendimento tempestivo, inclusive mediante deslocamento de equipe técnica ou outra solução equivalente, sem ônus adicional para a Administração.

12.4.1.6. Para as garantias relativas exclusivamente aos componentes, sistemas e estruturas decorrentes da adaptação, transformação e mobiliário interno do veículo, será admitida, como alternativa à manutenção de assistência técnica autorizada fixa na Região Metropolitana da Grande Vitória, a prestação de atendimento técnico “in loco” (on-site), mediante o deslocamento de equipe técnica da própria Contratada ou por ela designada.

12.4.1.7. Nessa hipótese, o atendimento deverá ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do acionamento formal pela Administração, ou de acordo com os prazos estabelecidos nos anexos técnicos, caso fixados. Na eventual ausência de prazo estabelecido, a contratada deverá executar o serviço de garantia em prazo compatível com a complexidade das correções, acordado com o contratante, após a comunicação à empresa contratada.

12.4.1.8. Todos os custos relacionados ao atendimento, incluindo deslocamento, transporte, alimentação, hospedagem, mão de obra e fornecimento de peças ou insumos, correrão integralmente por conta da Contratada.

12.4.1.9. A solução prevista neste item não afasta a responsabilidade da Contratada quanto à tempestividade, qualidade e plena resolução das ocorrências, devendo garantir a continuidade operacional da unidade móvel.

12.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

12.6. Se o veículo e os equipamentos fornecidos apresentarem defeito de qualquer natureza, incluindo a hipótese prevista no 7.9.10.1, deverão ser reconstruídos, substituídos ou readaptados, sem custo adicional para o contratante, devendo o atendimento ser iniciado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do acionamento formal pela Administração, ou de acordo com os prazos estabelecidos nos anexos técnicos, caso fixados.

12.6.1. A contratada deverá executar o serviço de garantia em prazo compatível com a complexidade das correções, acordado com o contratante, ou de acordo com os prazos estabelecidos nos anexos técnicos, caso fixados.

12.6.2. Caso o prazo não possa ser cumprido, a contratada deverá justificar formalmente, ficando a critério do contratante aceitar a justificativa.

12.6.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

12.6.4. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

12.7 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

12.8. Todas as garantias que forem maiores às estipuladas neste contrato deverão ser mantidas e aplicadas de acordo com o manual do fabricante.

12.9. Todos os reparos feitos dentro do prazo de garantia deverão utilizar peças originais.

12.10. Serão cobertas pela garantia todas as peças que apresentarem falha de material, defeito de fábrica ou problemas anteriores à comercialização, como danos provocados por transporte inadequado.

12.11. Caso o veículo ou os equipamentos sejam encaminhados para assistência técnica durante o prazo de garantia e os problemas apresentados não sejam sanados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o CONTRATANTE poderá exigir a sua substituição, sem prejuízo de outro prazo eventualmente estabelecido em decorrência do disposto no item 12.6.

12.11.1. Tratando-se de equipamentos, mobiliários ou sistemas integrados (tais como computadores, aparelhos de climatização, periféricos de rede, geradores, etc.), a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos e de atendimento até a conclusão dos reparos.

12.11.2. Em razão da natureza especial e do alto grau de customização do objeto, não será exigida a disponibilização de um veículo substituto provisório com as mesmas características estruturais da unidade móvel original. No entanto, caso a paralisação do ônibus ocorra por qualquer falha (seja mecânica, elétrica, estrutural, de sistemas integrados ou decorrente da transformação) que impossibilite o seu deslocamento seguro ou a sua operação rotineira, e o reparo ultrapasse o prazo de 30 (trinta) dias, a Contratada deverá fornecer ou custear solução logística alternativa (como a locação de veículo de transporte de passageiros compatível) para garantir o deslocamento da equipe do NUPMEC, caso demandado pela Administração, até a efetiva devolução do ônibus consertado.

12.11.3. Na hipótese de vício de fabricação insanável ou falha estrutural severa que comprometa definitivamente o uso do ônibus ou de qualquer equipamento, a Administração poderá exigir a sua substituição definitiva por bem novo de igual ou superior qualidade, nos termos da legislação aplicável.

12.11.4. O veículo e/ou equipamento entregue em substituição definitiva gozará do mesmo prazo de garantia exigido nos subitens 12.1 e 12.2, respectivamente.

12.12. O recebimento definitivo do veículo e equipamentos/aparelhos não exclui a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/90).

12.13. Os bens eventualmente substituídos/trocados terão o mesmo prazo de garantia fixado na proposta comercial da contratada.

12.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

12.15. Todas as garantias serão acompanhadas pelo gestor do contrato e pelos fiscais.

### **13 - DEVERES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

13.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Obrigações do Contratante:

a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os bens de acordo com as determinações do instrumento contratual, do Edital e seus anexos, especialmente deste Termo de Referência.

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

c) Zelar para que durante toda a vigência do instrumento contratual sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

d) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do instrumento contratual, fixando prazo para a sua correção. - Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela Contratada.

e) Acompanhar, por intermédio de Gestor designado pelo Tribunal de Justiça, o fornecimento dos bens, atestando os documentos da despesa, quando comprovada a execução total, fiel e correta do instrumento contratual ou da parcela

a que se referem.

f) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do instrumento contratual.

g) Efetuar o pagamento à Contratada o valor resultante à entrega dos bens, na forma do instrumento contratual.

h) Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento de bens em desacordo com as exigências deste Termo de Referência, Legislação e Edital e seus Anexos. - Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário da licitante vencedora, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

i) Atestar o fornecimento de bens.

### **13.3. Obrigações da Contratada:**

a) Fornecer os materiais e equipamentos, e utensílios necessários, na qualidade, prazo e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta.

b) Providenciar os registros e toda a documentação obrigatória, conforme previsto neste Termo de Referência e legislação cabível.

c) Executar a transformação do veículo em um pátio de montagem em condições adequadas de acesso, que comporte as partes integrantes do objeto, além de área coberta devidamente segurada, com piso pavimentado e instalações industriais mínimas compatíveis com o projeto a ser executado.

d) O local mencionado no subitem acima poderá ser vistoriado pelo contratante a qualquer tempo, a seu exclusivo critério.

e) Reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, o objeto e todas as adaptações, conforme especificações e/ou equipamentos previstos no Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

f) Fornecer todos os manuais e catálogos do veículo, bem como de todos os equipamentos e acessórios instalados, editados em português do Brasil.

g) Designar pessoal qualificado para a execução das atividades decorrentes deste objeto, com poderes para tratar dos assuntos relacionados à execução do instrumento contratual, responsabilizando-se pela qualidade do fornecimento dos bens contratados, devendo ainda comunicar imediatamente ao Contratante as mudanças no quadro de funcionários que afetem a execução contratual.

h) Garantir o fornecimento dos bens durante todo o período de vigência do instrumento contratual e de garantia contratual, conforme este Termo de Referência.

i) Arcar com todos os encargos sociais/trabalhistas, previstos na legislação vigente, e quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados.

j) Comunicar por e-mail ao Gestor do contrato sobre qualquer irregularidade ocorrida ou observada no fornecimento de bens.

k) Manter, durante a vigência do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e neste Termo de Referência. - Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pelo PJES, o profissional responsável pelo atendimento personalizado junto ao Contratante, cuja atuação ou comportamento sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Contratante.

l) Atender às solicitações do PJES com a máxima presteza e nos prazos estipulados.

m) Responsabilizar-se pelos danos causados ao PJES, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus funcionários.

- n) Não transferir a outrem no todo ou em parte os serviços relacionados ao objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência do PJES.
- o) Permitir a visitação e o acompanhamento, pelo contratante, da montagem e execução do projeto, em qualquer tempo e fase de produção, mediante prévio aviso e respeitadas as normas de segurança do trabalho do fabricante, sob pena de rescisão contratual.
- p) Cumprir todas as obrigações elencadas neste item, bem como das demais obrigações dispostas em outros tópicos deste Termo de Referência, que se fizerem necessárias ao devido fornecimento do objeto desta contratação.
- q) Cumprir, no que couber, o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), e demais regulamentações da matéria, que estabelecem os princípios da acessibilidade universal e da sustentabilidade ambiental.
- r) Observar integralmente a legislação ambiental vigente, adotando todas as medidas necessárias à regularidade ambiental das atividades relacionadas à execução do objeto, especialmente aquelas relativas à adaptação e transformação do veículo. Para tanto, deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as inscrições, cadastros, registros, licenças, autorizações e demais instrumentos exigidos pelos órgãos ambientais competentes, quando aplicáveis, bem como cumprir tempestivamente as obrigações de natureza cadastral, declaratória e operacional a eles vinculadas. A contratada deverá, sempre que solicitada pela fiscalização do contrato, apresentar a documentação comprobatória de sua regularidade ambiental, incluindo, quando aplicável, documentação de regularidade em cadastros técnicos, declarações ambientais, bem como outros documentos pertinentes.
- s) Manter a devida responsabilidade técnica pelas etapas de projeto, adaptação, transformação, instalação de sistemas e demais intervenções realizadas no veículo, observando integralmente a legislação e as normas técnicas pertinentes, sejam elas relativas à empresa ou aos profissionais. A contratada deverá providenciar e manter atualizados os registros de responsabilidade técnica exigíveis, relativos às atividades desenvolvidas, bem como cumprir as obrigações correlatas junto aos respectivos conselhos profissionais. Sempre que solicitada pela fiscalização do contrato, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória da responsabilidade técnica pelas atividades executadas, incluindo registros, anotações, certificados ou documentos equivalentes, conforme aplicável.
- t) Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos seus empregados, prepostos ou subordinados, não transferindo a responsabilidade ao contratante.
- u) A contratada responderá pela qualidade técnica do veículo e da transformação, pelo cumprimento dos prazos, pela regularidade documental, pela observância das normas técnicas, de segurança e ambientais e por quaisquer danos causados.
- v) Os responsáveis pelo projeto e pela execução da transformação veicular deverão observar com rigor todos os aspectos legais e de segurança relacionados à adaptação do veículo. Tais profissionais serão inteiramente responsáveis por quaisquer inadequações ou detalhes que possam gerar riscos aos usuários do veículo. O veículo adaptado deve conter todos os equipamentos e acessórios exigidos por lei e não deverá sofrer qualquer tipo de alteração que ofereça riscos aos usuários, ao condutor nem ao seu entorno, esteja o veículo estacionado ou em deslocamento, sendo que qualquer adaptação/transformação que comprometa a segurança relacionada à utilização do veículo será de inteira responsabilidade da contratada.
- x) Abster-se de utilizar o nome, as marcas, os logotipos ou a imagem do veículo finalizado com a identidade visual do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em peças publicitárias, redes sociais, portfólios comerciais ou qualquer outra forma de marketing corporativo sem a prévia e expressa autorização formal da Administração.
- w) Responsabilizar-se integralmente pelo gerenciamento, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos ou efluentes gerados durante o processo de fabricação, adaptação e transformação do veículo, em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), isentando o Contratante de qualquer responsabilidade ou passivo ambiental decorrente de suas atividades industriais.

y) Quando solicitado, encaminhar as informações e documentos necessários para fins de inclusão do veículo na apólice de seguro de frota do Tribunal de Justiça;

#### **14 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei n.º 14.133](#), de 1º de abril de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, em especial, quando:

i) deixar de executar parcela do objeto; ii) executar o objeto de modo defeituoso, ainda que com aproveitamento para a Administração; ou; iii) deixar de cumprir obrigação acessória prevista no contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato, em especial quando:

i) deixar de dar início à execução do objeto, nos prazos previstos no contrato; ii) executar o objeto de modo defeituoso, quando não se verificar possibilidade de proveito para a Administração; ou; iii) paralisar definitivamente a execução do objeto, quando a parcela executada não puder ser aproveitada pela Administração;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado, em especial, quando:

i) atrasar a assinatura de termo aditivo ao contrato; ii) descumprir prazos ou cronograma previamente estabelecidos, no instrumento convocatório ou no contrato;

e) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa, durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento, na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial, quando:

i) agir em conluio ou em desconformidade com a lei; ii) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência: Quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato (alínea "a" acima), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, especialmente, nos casos de descumprimentos leves das obrigações de fazer (ex.: falhas pontuais no atendimento às solicitações da fiscalização compatíveis com o contrato).

Observação: A “advertência” como sanção não se confunde com a “advertência” caracterizada como notificação. A primeira é uma penalidade, que exige o contraditório e a ampla defesa, sendo registrada no histórico da contratada no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no âmbito das licitações e contratos administrativos. A segunda, é apenas uma notificação, geralmente utilizada para informar à contratada sobre alguma inconformidade em sua atuação.

II - Impedimento de licitar e contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV - Multa:

a) Moratória de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada a 5% (cinco por cento), no caso de atraso injustificado no cumprimento de prazos de natureza operacional ou acessória:

- apresentação de ART/RRT (itens 5.6.4 e 5.7.3.1);

- realização de ajustes, correções ou complementações, atendimento a notificações e prazos definidos pela equipe de recebimento e fiscalização do objeto contratual, incluindo aqueles relativos à garantia do objeto (itens 7.5.3, 7.8.4, 7.9.9, 7.9.10, 7.11.7, 8.6.3, 12.6, 12.11, 13.2, 13.3, sem prejuízo da aplicação em outros itens eventualmente não mencionados aqui);

b) Moratória de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), no caso de atraso injustificado no cumprimento de prazos considerados estruturantes da execução contratual, tais como:

- apresentação do Projeto Executivo (item 5.6.1);

- entrega do objeto principal (item 5.13);

- entrega de documentos técnicos (item 5.9.2 e 12.4.1.2);

- entrega técnica (item 7.10.2);

- treinamento operacional (item 7.10.2).

Sem prejuízo da multa, o não saneamento das pendências poderá ensejar a adoção de outras medidas contratuais, inclusive a recusa do recebimento definitivo ou a rescisão contratual, conforme o caso.

c) Compensatória, de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência, limitada a 5% (cinco por cento), para descumprimento das obrigações relacionadas à assistência técnica e garantia do objeto, especialmente quanto ao item 12.4.1, sem prejuízo da obrigação de regularização.

d) Compensatória, de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, para a inexecução parcial do contrato (alínea "a").

e) Compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "b" e "d".

f) Compensatória, de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h".

g) Compensatória, de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato (alínea "c").

14.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

14.4. A conversão prevista no parágrafo anterior será analisada, no caso concreto, após o prazo de 60 (sessenta) dias de atraso, podendo a Administração promover a extinção unilateral do contrato, ressalvada a hipótese de manutenção da avença prevista no item 14.5. Caso a Administração opte pela extinção e não tenha havido a entrega do objeto, restará configurada a inexecução total do contrato (alínea 'c' do item 14.1), sujeitando a contratada à respectiva sanção compensatória.

14.5. Na hipótese de o limite máximo de atraso, citado no item anterior, ser atingido, e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

16.6. Para fins de aplicação das penalidades, considerando a natureza indivisível do objeto, as multas incidirão sobre o valor global do contrato, não sendo possível a individualização por parcelas ou etapas.

#### **14.6. Disposições gerais sobre as sanções**

14.6.1. A aplicação das sanções previstas neste contrato, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante.

14.6.2. Todas as sanções previstas no contrato, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



14.6.3. Antes da aplicação das sanções de **multa**, será facultada a defesa prévia da concessionária, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.6.4. Antes da aplicação das sanções de **impedimento e declaração de inidoneidade**, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos moldes da NP 01.08 deste PJES.

14.6.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante à contratada e a diferença não for paga voluntariamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor será inscrito em Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

14.6.6. Na aplicação das sanções, serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para a concedente; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

14.6.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do [art. 163 da Lei n.º 14.133/21](#).

14.6.8. Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será imputada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo período de 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidades mais grave.

14.6.9. Quando o contratado der causa à inexecução total do contrato, será imputada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo período de 18 (dezoito) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.6.10. Quando o contratado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, será imputada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 4 (quatro) anos.

14.6.11. Quando o contratado praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013, será imputada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 4 (quatro) anos.

#### **14.7. Das circunstâncias agravantes**

14.7.1. As sanções previstas nas alíneas “a” a “h” serão agravadas, em 10% (dez por cento), nos respectivos prazos, para cada circunstância agravante, até os limites de 3 (três) anos, para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo e, de 6 (seis) anos, para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7.2. São circunstâncias agravantes:

I - comprovação de conduta dolosa;

II - existência de fato, documento ou circunstância particular, que agrave a penalidade;

III - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade aplicada à empresa, nos últimos 12 (doze) meses;

IV - quando o impacto da conduta do contratado atingir mais de 30% dos itens do contrato;

V - quando o contratado, deliberadamente, não responder às notificações destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

VI - quando a conduta contribuir para a extinção do contrato;

VII - quando a conduta concorrer para atraso na execução do contrato, superior a 30 (trinta) dias; ou;

VIII - quando a empresa não possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do [Decreto nº 12.304](#), de 9 de dezembro de 2024.

14.7.3. Quando a ação ou omissão do contratado ensejar o enquadramento da conduta em infrações distintas, prevalecerá aquela que comina a sanção mais grave. No entanto:

I - Não se aplica a regra prevista, se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

II - O disposto não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

#### **14.8. Das circunstâncias atenuantes**

14.8.1. Nas hipóteses previstas nas alíneas “b” a “h”, a sanção-base será reduzida em 5% (cinco por cento), para cada circunstância atenuante, até o limite mínimo de um mês para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo e de 3 (três) anos para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

14.8.2. São circunstâncias atenuantes:

I - inexistência de registro de penalidade aplicada à contratada, nos últimos 12 (doze) meses, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), exceto advertência;

II - reconhecimento da importância da preservação da empresa e de sua relevante função social;

III - a manutenção do emprego dos trabalhadores da contratada.

IV - quando o impacto da conduta da contratada atingir 30% (trinta por cento) ou menos dos itens da licitação ou contrato;

V - quando a empresa colaborar para resolução ou mitigação do problema, apresentar justificativas ou, ainda, responder às comunicações realizadas pela administração; ou;

VI - quando a empresa possuir programa de integridade implementado, a ser avaliado nos termos do [Decreto nº 12.304](#), de 9 de dezembro de 2024.

### **15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

15.1. A estimativa do valor da presente contratação foi estruturada a partir de análise comparativa de contratações públicas similares realizadas por órgãos do Poder Judiciário, cujos objetos apresentam características técnicas compatíveis com o fornecimento de ônibus novo, com adaptação e transformação integral para funcionamento como unidade móvel de atendimento institucional.

15.2. Considerando tratar-se de bem especial, com elevado grau de customização, especificações técnicas próprias, layout interno específico e adequações normativas pertinentes, verificou-se a inexistência de preços padronizados disponíveis em tabelas oficiais ou bancos públicos de preços que refletissem adequadamente a complexidade do objeto. Diante disso, adotou-se como metodologia idônea a utilização de valores praticados em contratações similares recentes, nos termos admitidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente para bens que não se enquadram como itens de prateleira ou de padronização ampla de mercado.

15.3. A formação do valor estimado considerou exclusivamente contratações cujo escopo envolvesse ônibus novo com adaptação completa para atendimento itinerante ou unidade móvel judicial, observando-se a compatibilidade quanto à finalidade institucional, nível de customização, estrutura interna, instalações elétricas, mobiliário técnico, climatização, acessibilidade, identidade visual e demais elementos estruturais pertinentes.

15.4. Foram utilizadas como referência as seguintes contratações:

- a) Aquisição realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, destinada a atendimento itinerante, no valor contratado de R\$ 1.300.000,00;
- b) Aquisição realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, referente a unidade móvel judicial, no valor contratado de R\$ 1.610.000,00;
- c) Aquisição realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, denominada Ônibus Rosa, destinado ao Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, no valor contratado de R\$ 1.828.800,00.

15.5. Os documentos comprobatórios dessas contratações encontram-se devidamente juntados aos autos do processo administrativo, integrando o conjunto probatório que fundamenta a presente estimativa.

15.6. Para fins de planejamento e definição de parâmetro orçamentário, adotou-se critério conservador, consistente na utilização do maior valor identificado dentre as referências analisadas, qual seja R\$ 1.828.800,00 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil e oitocentos reais). Tal escolha justifica-se pela necessidade de evitar subestimação do valor, considerando possíveis evoluções tecnológicas, aprimoramentos de layout, atualização de normas técnicas, variações inflacionárias setoriais e eventuais ampliações de escopo decorrentes das especificações definidas neste Termo de Referência.

15.7. A memória de cálculo baseou-se na comparação direta dos valores globais contratados, sem aplicação de redutores artificiais que pudessem comprometer a segurança orçamentária da contratação. Optou-se por não adotar média aritmética simples ou mediana, justamente para preservar margem adequada frente às incertezas inerentes a objetos de natureza customizada e elevada complexidade técnica.

15.8. Ressalta-se que o valor ora indicado representa estimativa fundamentada, destinada a subsidiar a definição do valor máximo aceitável para a contratação, não implicando fixação automática do preço a ser contratado. O preço referencial oficial será consolidado pela unidade competente de compras, mediante metodologia própria de pesquisa de mercado, observadas as normas internas e a legislação aplicável.

15.9. A estimativa considerou, ainda, os riscos inerentes à fabricação, adaptação e entrega do veículo, bem como a alocação de responsabilidades prevista na matriz de riscos constante da minuta contratual, buscando assegurar compatibilidade entre o valor estimado e a adequada execução do objeto.

15.10. Conclui-se, portanto, que a estimativa fixada em R\$ 1.828.800,00 revela-se compatível com os preços efetivamente praticados pela Administração Pública em contratações similares, não havendo indícios de sobrepreço ou inconsistência metodológica, encontrando-se apta a subsidiar a fase externa do procedimento licitatório, sem prejuízo de eventual ajuste decorrente da pesquisa de preços definitiva a ser realizada pela área competente.

## **16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas com a contratação, objeto deste termo, correrão através do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo pelo contrato de empréstimo BID Nº 5883/OC - BR, conforme a seguinte classificação:

a) Item: 01.07.03.01 – Aquisição de veículo automotor terrestre de grande porte (ônibus da conciliação)  
Item do PA: BR-L1620-P00035

b) Programa de Trabalho: 10.03.101.02.061.0023.2078 – Efetividade na Prestação Jurisdicional

c) Fonte: 754 – Recursos de Operações de Crédito

d) Detalhamento da Fonte: 000115 – BID – Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do ES (PROMOJUES)

e) Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

f) Subitem de Despesa: 52

## **17 - INDICAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO**

**17.1. Gestor titular:** servidor(a) a ser designado(a) pelo NUPEMEC;

**17.2. Gestor Substituto:** servidor(a) a ser designado(a) pelo NUPEMEC;

**17.3. Fiscal administrativo:** servidor(a) a ser designado(a) pelo NUPEMEC;

**17.4. Fiscais técnicos:** servidores da Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual, indicados neste instrumento.

17.4.1. Equipe de Recebimento e Fiscalização do Objeto Contratual:

a) Emanuel Silva de Mello - Seção de Transporte da Coordenadoria de Serviços Gerais

b) Reginaldo Augusto de Oliveira - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos

c) Marcelo Santos Silva - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos

d) Marcele Cristine de Freitas - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos

e) Luciana Cristian Tavares - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos

f) Paulo Vinicius Oliveira Santos - Secretaria de Tecnologia da Informação

g) Vinícius Marins Borges - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

h) Penélope Vervloet Feu Rosa - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)

17.4.2. Considerando que as atividades atribuídas à equipe de fiscalização e recebimento do objeto contratual possuem natureza técnica específica e segmentada, cada membro será responsável pela análise e validação dos aspectos inerentes à sua área de atuação, conforme segmentação disposta no item 9.6.

17.4.3. Na hipótese de ausência, afastamento, impedimento legal ou vacância de qualquer membro da equipe, a designação de substituto deverá ocorrer de forma imediata, caso necessário, observados os trâmites administrativos cabíveis, de modo a não comprometer a continuidade do processo ou da execução contratual, nem os prazos estabelecidos, podendo, em situações excepcionais devidamente justificadas, haver adequação pontual dos prazos diretamente impactados.

17.4.4. A eventual ausência ou substituição de membro da equipe não invalida os atos regularmente praticados no âmbito das demais áreas técnicas, desde que respeitadas as competências individuais estabelecidas.

17.4.5. A contratada deverá organizar sua execução de forma a considerar a necessidade de validação técnica por cada área responsável, conforme prazos previstos neste documento, não podendo alegar prejuízo decorrente da observância dessa sistemática.



Documento assinado eletronicamente por **KATIA TORIBIO LAGHI LARANJA, JUIZ(A) DE DIREITO**, em 23/06/2026, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VITOR ROCHA DANNEMANN, TECNICO JUDICIARIO AE TECNICO EM ELETROTECNICA**, em 23/06/2026, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE CRISTINE DE FREITAS, ANALISTA JUDICIARIO AE ENGENHARIA MECANICA**, em 23/06/2026, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EMANUEL SILVA DE MELLO, TECNICO JUDICIARIO AE TECNICO EM MECANICA**, em 23/06/2026, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTIAN TAVARES, ANALISTA JUDICIARIO AE ENGENHARIA CIVIL**, em 24/06/2026, às 09:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS MARINS BORGES, ANALISTA JUDICIARIO AE COMUNICACAO SOCIAL**, em 24/06/2026, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO AUGUSTO DE OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIARIO AE ARQUITETURA**, em 24/06/2026, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **PAULO VINICIUS OLIVEIRA SANTOS, TECNICO JUDICIARIO AE TECNICO EM INFORMATICA**, em 24/06/2026, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SANTOS SILVA, TECNICO JUDICIARIO AE TECNICO EM ELETROTECNICA**, em 24/06/2026, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3295885** e o código CRC **18F3186D**.

---